



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE LETRAS E ARTES

ESCOLA DE BELAS ARTES

DEPARTAMENTO DE ARTES E PRESERVAÇÃO

CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Conservação e Memória: O Conjunto de Fichas Cadastrais de
Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do
Museu da Maré

THAMIRES RIBEIRO DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

2019

Thamires Ribeiro de Oliveira

**Conservação e Memória: O Conjunto de Fichas Cadastrais de
Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do
Museu da Maré**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Conservação e Restauração da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do título de Graduado em
Conservação e Restauração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Corrêa de
Carvalho.

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

48c Oliveira, Thamires Ribeiro de
Conservação e Memória: O Conjunto de Fichas
Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação
Provisória Nova Holanda do Museu da Maré / Thamires
Ribeiro de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2019.
79 f.

Orientadora: Ana Paula Corrêa de Carvalho.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Belas Artes, Bacharel em Conservação e Restauração,
2019.

1. Conservação-Restauração. 2. Museu da Maré. 3. ADOV. 4. Nova Holanda. 5. Memória. I. Carvalho, Ana Paula Corrêa de , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração.

Aprovador por:

Professora Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho
UFRJ (orientadora)

Professora Dra. Rogéria Moreira de Ipanema
(avaliadora interna)

Professora Ms. Cláudia Rose Ribeiro da Silva
(avaliadora Externa)

A minha avó Avani Alves de Oliveira (vó Nita), em memória.

AGRADECIMENTOS

A minha avó Avani por todo amor devotado é um imenso pesar não tê-la comigo para partilhar dessa conquista, mas sempre haverá a minha eterna gratidão e carinho.

Aos meus amigos mais próximos e familiares por todo o suporte e afeto, em especial a minha mãe Cleide, as minhas tias Andréa e Cláudia, ao meu tio Antônio Carlos muito obrigado por todo apoio, por sempre me incentivarem e acreditarem em mim.

A equipe do Museu da Maré pelo belíssimo trabalho realizado através do resgate da memória de seus moradores.

Aos educadores e educandos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré pela contribuição a minha formação, pelo trabalho de amor à educação e a luta pelo ingresso dos jovens favelados a universidade pública.

A minha orientadora Dra. Ana Paula Corrêa de Carvalho por toda confiança depositada e pela paciência e respeito ao meu tempo de escrita, por sua dedicação, competência, força e inspiração tanto como profissional como ser humano.

Ao meu companheiro Luiz Lourenço, por sempre emprestar seus ouvidos e ombros, pela parceria nos sambas, pela generosidade e conselhos e pelo nosso amadurecimento como casal que se deu no transpor das adversidades.

Aqui, resistir sempre foi preciso:
Resistir à força da maré,
À ação da polícia,
Às ameaças de remoção.
Os moradores se organizaram
em associações,
Lideranças surgiram,
Muitas conquistas foram alcançadas.
Mas o tempo da resistência
não acabou.
É preciso continuar resistindo.
Violência, preconceito, discriminação...
Aqui, resistir sempre é preciso
Mas resistir sozinho é impossível.

Texto integrante do tempo da resistência no
Museu da Maré de autoria de Cláudia Rose
Ribeiro da Silva

RESUMO

O presente trabalho objetiva desenvolver ações norteadoras para a Conservação do “Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda”, que serviram como registro de moradores removidos de favelas localizadas em áreas valorizadas da cidade para conjuntos habitacionais provisórios, geralmente distantes do Centro, o maior de todos foi construído na Maré, batizado de Nova Holanda, na década de 1960 durante o governo de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara que tinha como política a repressão e a erradicação das favelas. Estas fichas são parte integrante do Arquivo Dona Orosina Vieira, acervo institucional do Museu da Maré inaugurado em 2006, reconhecido por ser localizado em uma favela e criado a partir da iniciativa de seus moradores. Ele narra o surgimento do bairro Maré, território periférico localizado às margens da Baía de Guanabara, próximo ao campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As ações formuladas baseiam-se em conceitos de teóricos da área de Conservação-Restauração, tendo em mente a missão do Maré da Maré, de preservação e divulgação de seu acervo, valorizando as narrativas de seus moradores, que por muito tempo foram omitidas pelos discursos historiográficos dominantes e pelas organizações oficiais de memória. Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa contamos com o apoio do Laboratório de Pesquisa e Estudos de Obras Sobre Papel, do Curso de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes (EBA)/UFRJ e realizamos como procedimentos metodológicos: o levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, o registro fotográfico de seu estado atual, catalogação, um de seus exemplares foi selecionado para a realização de exame organoléptico, mapeamento de danos e também foi desenvolvida uma ficha de diagnóstico. As fichas foram contabilizadas em um total de 2915, um banco de dados foi criado visando o armazenamento de suas informações e a redução de sua manipulação e elaboramos um gráfico com as localidades que aparecem nelas com maior frequência.

Palavras chaves: Conservação-Restauração, Museu da Maré, ADOV, Nova Holanda, Memória.

ABSTRACT

The present work aims to develop guiding actions for the conservation of the Set of Resident Cadastral Files of the Provisional Housing Center Nova Holanda, which served as a registry of residents removed from favelas located in valued areas of the city for temporary housing complexes, generally far from the Center, the largest of them was built in Maré, dubbed Nova Holanda, in the 1960s under Carlos Lacerda, governor of the state of Guanabara. had as its policy the repression and eradication of favelas. These records are an integral part of the Dona Orosina Vieira Archive, an institutional collection of the Maré Museum, inaugurated in 2006, recognized for being located in a favela created from the initiative of its residents. It tells of the emergence of the Maré neighborhood, a peripheral territory located on the shores of Guanabara Bay, near the campus of the Federal University of Rio de Janeiro. The actions formulated are based on concepts of theorists of the Conservation-Restoration area, keeping in mind the mission of the MM, of preserving and disseminating its collection, valuing the narratives of its inhabitants, which for a long time were omitted by the dominant historiographic discourses and by official memory organizations. In order to reach the objectives proposed in this research, we have the support of the Laboratory of Research and Studies of Works on Paper, of the Conservation and Restoration Course of the School of Fine Arts (EBA) / UFRJ and carried out as methodological procedures: bibliographical survey on the subject, the photographic record of its current state, cataloging, one of its specimens was selected for organoleptic examination, damage mapping and a diagnostic sheet was also developed. The records were counted in a total of 2915, a database was created for the storage of your information and the reduction of its manipulation and we elaborate a graph with the locations that appear in them with more frequency.

Key-words – Conservation-Restoration, Maré Museum, ADOV, Nova Holanda, Memory.

Lista de Ilustrações

Figuras

Figura 1. Mapa de Localidades da Maré	18
Figura 2. Fachada do Museu da Maré	19
Figura 3. Frente do galpão da exposição de longa duração do Museu da Maré	20
Figura 4. Fotografia da Dona Orosina Vieira	21
Figura 5. Tempo da Água na exposição de longa duração do Museu da Maré	22
Figura 6. Roda de leitura na biblioteca Elias José no Museu da Maré	23
Figura 7. Contação de histórias na brinquedoteca Marielle Franco no Museu da Maré	23
Figura 8. Exemplar do Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda	24
Figura 9. Arquivo deslizante do ADOV	25
Figura 10. Detalhe do interior do arquivo deslizante do ADOV	25
Figura 11. Manipulação de fotografia do ADOV	26
Figura 12. Chegada dos primeiros moradores à Nova Holanda em 1961	33
Figura 13. Vista geral da Maré do Morro do Timbau ao Parque União. A Nova Holanda aparece em destaque com o traçado regular de suas ruas	34

Figura 14. Fachada da Fundação Leão XIII, na rua Sargento Silva Nunes no CHP Nova Holanda	37
Figura 15. Esquema exemplificando as diferenças entre museu tradicional e ecomuseu	42
Figura 16. Organograma com as tipologias mais frequentes na Conservação de papel no Brasil	61
Figura 17. Exemplar de um dos anexos do conjunto de fichas	65
Figura 18. Exemplar de um dos anexos do conjunto de fichas	66
Figura 19. Exemplar de um dos anexos do conjunto de fichas	66
Figura 20. Arquivo deslizante do ADOV	67
Figura 21. Caixa de poliondas onde atualmente está armazenado o conjunto de fichas	68
Figura 22. Mapa de danos	69

Gráficos

Gráfico 1. Favelas que mais aparecem no conjunto de fichas	64
--	----

Tabelas

Tabela 1. Arquivo em excel com os principais dados dos moradores registrados no Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda	63
---	----

SIGLAS

ABRACOR- Associação Brasileira de Conservadores – Restauradores de Bens Culturais

ADOV- Arquivo Dona Orosina Viera

BAP- Departamento de Arte e Preservação

BNH- Banco Nacional de Habitação

CCM- Casa de Cultura da Maré

CEASM- Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

CHISAM- Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro

CHP- Centro de Habitação Provisória

CLN- Companhia Libra de Navegação

CODESCO- Companhia de Desenvolvimento Comunitário

COHAB- Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara

EBA- Escola de Belas Artes

FLXIII- Fundação Leão XIII

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOFOM- Comitê Internacional para a Museologia

ICOM – CC- Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus

ICOM- Conselho Internacional de Museus

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

LABPEL- Laboratório de Pesquisa e Estudos de Obras Sobre Papel

MINOM- Movimento Internacional da Nova Museologia

MM- Museu da Maré

NUPECOR- Núcleo de Estudos e Pesquisa em Conservação

ONG- Organização Não-Governamental

PCB- Partido Comunista Brasileiro

RMM- Rede Memória da Maré

SERFHA- Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas

SSS- Secretaria de Serviços Sociais

UDN- União Democrática Nacional

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID- Agência de Desenvolvimento Externo Norte-Americana

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Da Maré ao Museu: lugar de memória	17
1.1 Maré: um breve histórico	17
1.2 O Museu da Maré: espaço de resistência	19
1.3 As fichas cadastrais desenvolvidas pela Fundação Leão XIII: Contexto Histórico	26
1.3.1 A Nova Holanda: entre o provisório e o permanente	33
2. Entre teorias da Conservação e a participação social	39
2.1 Museu, memória e Conservação	39
2.2 A Conservação na contemporaneidade: a importância da comunidade ...	51
3. Proposta para conservação das fichas	61
3.1 Organização das fichas para preservação da informação	63
3.2 Exame organoléptico e algumas ações norteadoras	64
Considerações finais	71
Referências	73
Apêndice	78

Introdução

Moro na Maré desde que nasci. Neste lugar, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, existem duas instituições que comecei a frequentar desde muito cedo, e que se tornaram fundamentais em minha trajetória pois, ao contribuírem diretamente na minha formação educacional, influenciaram de modo decisivo nas escolhas dos caminhos que tracei.

A primeira é a organização não governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), espaço no qual participei de vários projetos dentre eles o pré-vestibular comunitário, que possibilitou o meu ingresso na UFRJ em 2012, no curso de Conservação e Restauração. A segunda é o Museu da Maré (MM), reconhecido por ser o primeiro museu em uma favela criado a partir da iniciativa de seus moradores, onde são realizadas inúmeras ações nas quais eu atuei e continuo atuando.

Estes espaços são interligados e desenvolvem um trabalho de resgate da memória do bairro Maré, que surge a partir da favela, local historicamente estigmatizado, realidade que estas instituições buscam romper através de sua atuação, que valoriza o lugar e sua história, as memórias dos moradores e o protagonismo de seus agentes sociais locais.

Ao cursar a matéria “História Ética e Estética do Restauro” pertencente aos últimos períodos, a professora Luana de Oliveira Aguiar que ministrava esta matéria propôs que cada aluno escolhesse algo que considerasse relevante para a realização de um trabalho, devido ao fato de morar na Maré e do meu envolvimento com o MM, acabei optando por um componente de seu arquivo institucional o “Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda”, porém sem pretensões de que ele se tornasse o tema do meu trabalho de conclusão de curso. Entretanto, ao estudar mais a fundo sobre o contexto histórico em que as fichas foram criadas, me dei conta da dimensão de sua contribuição para a histórias das favelas do Rio de Janeiro e de sua importância para a memória dos moradores da Maré, essas constatações demonstraram a necessidade de preservá-las.

Pessoalmente, através desta pesquisa encontro um modo de reconhecer o trabalho de memória desenvolvido pelo MM juntamente de seu arquivo institucional o Arquivo Dona Orosina Vieira (ADOV) e de inspirar outras favelas a valorizarem as suas histórias e narrativas.

Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é desenvolver ações norteadoras para a Conservação do “Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda”. Apresentando uma relação pouco explorada entre o campo da Conservação e o patrimônio documental sobre as favelas, contribuindo deste modo para a ampliação da bibliografia sobre este assunto.

Referente à metodologia realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico, as informações aqui reunidas foram selecionadas em livros, artigos, dissertações e teses, além de periódicos científicos, jornais, sítios eletrônicos pertinentes que, na época da realização da pesquisa, encontravam-se disponíveis para consulta, e foram analisadas qualitativamente com o intuito de identificar as concepções teóricas sobre os temas levantados.

Autores de campos não pertencentes a Conservação, mas que se relacionam com o tema tratado foram utilizados com o intuito de qualificar as análises para além da perspectiva da Conservação. Dada a extensão da discussão, os apontamentos teóricos interdisciplinares possibilitaram uma melhor compreensão da importância do conjunto de fichas.

Realizamos o registro fotográfico do estado atual das fichas e desenvolvemos um banco de dados contendo informações das fichas impressas (em suporte papel) visando reduzir sua manipulação. Catalogamos e contabilizamos um total de 2915 fichas, selecionamos um de seus exemplares, e realizamos o exame organoléptico, mapeamento de danos e por fim elaboramos uma ficha de diagnóstico.

No capítulo 1 dissertamos brevemente sobre a história da Maré, depois conhecemos o processo de surgimento do MM e por fim, apresentamos o contexto histórico em que surgem as fichas que serviram como registro dos moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda. Para este capítulo,

o suporte teórico foi Silva (2006), Vieira (2006), Leeds e Ledds (1978) e Valla (1968).

No capítulo 2 discorremos de modo resumido a respeito da história dos museus enfatizando a questão social. Em seguida, apresentamos o conceito de patrimônio e memória, bem como discutimos sobre iniciativas de memória em favelas, e finalizamos ressaltando a Conservação como atividade essencial para a preservação. Nossa base teórica para este capítulo foi Araújo (2012), Carvalho (2011), Chagas (2011), Choay (2001), Grynszpan e Pandolfi (2007), Pollak (1992), Nora (1993) e Viñas (2010).

No capítulo 3 desenvolvemos ações norteadoras para a Conservação do conjunto de fichas tendo como prioridade a conservação das informações, neste capítulo nosso referencial teórico foi Bojanoski (2018) e Viñas (2010).

1. Da Maré ao Museu: lugar de memória

Nesse capítulo realizamos um breve histórico sobre o bairro Maré e em seguida apresentamos o processo de criação do MM como um espaço de memória e resistência, fruto do desenvolvimento de ações anteriores promovidas pelos moradores. Em seguida, apresentamos o contexto histórico no qual foram elaboradas as fichas cadastrais produzidas pela Fundação Leão XIII (FLXIII): Contexto Histórico que levou a criação da Nova Holanda.

1.1 Maré: um breve histórico

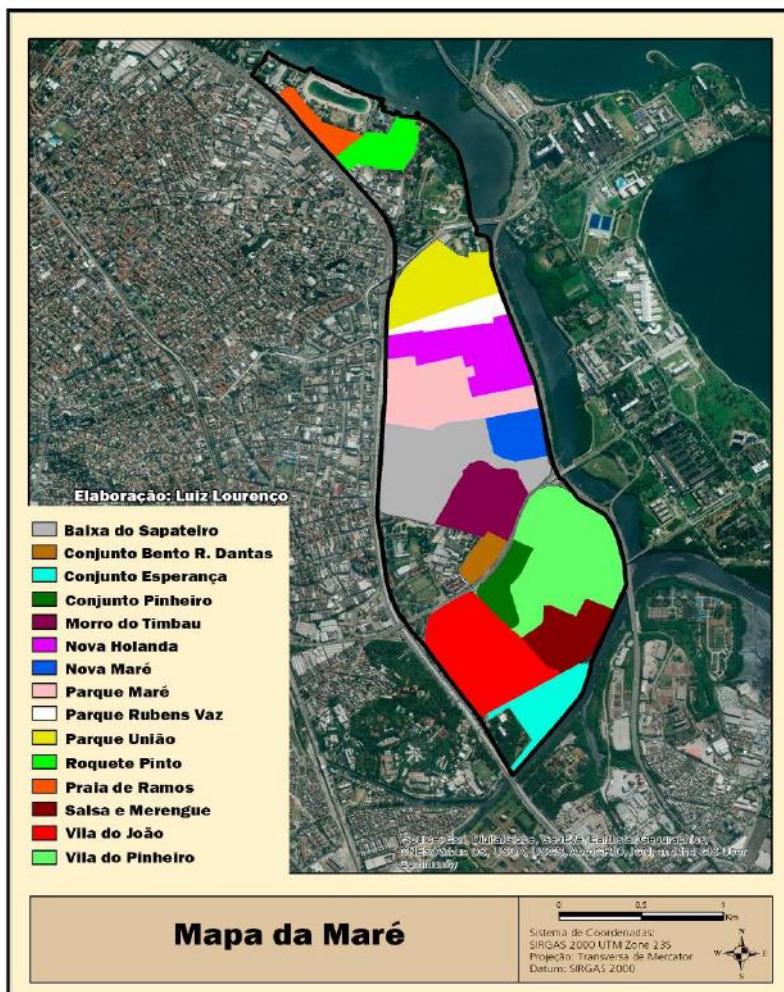
A Maré foi instituída como bairro pela Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994, sendo composta por 15 localidades¹, onde de acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reside uma população de aproximadamente 130 mil pessoas. Território periférico, a região localiza-se às margens da Baía de Guanabara, próximo ao campus da UFRJ e está posicionada entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, importantes vias de circulação da cidade.

As localidades que constituem a Maré surgiram em diferentes épocas, em contextos diversos. Cronologicamente, as localidades da Maré são: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Parque Maré (1953), Parque Roquete Pinto (1955), Parque Rubens Vaz (1961), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1989), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000) (SELDIN, 2008).²

¹ Sobre a criação do bairro da Maré ver: SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

² Em seu trabalho, SELDIN descreve a formação da Maré a partir da perspectiva histórica incluindo a localidade de Marcílio Dias. No presente trabalho optamos por utilizar a delimitação oficial do bairro Maré, que não contempla esta localidade.

Figura 1. Mapa de localidades da Maré.



Fonte: LOURENÇO, 2018, p.14.

A origem do nome Maré foi inspirada pelos mangues e praias que predominavam o local no passado. Sua ocupação teve início na década de 1940, com populações que migraram majoritariamente do interior de Minas Gerais e interior do estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1950 com o êxodo rural ocorreu um aumento da migração proveniente das regiões Norte e Nordeste. Muitos desses migrantes foram trabalhar na construção da Avenida Brasil e não tinham condições socioeconômicas de arcar com habitações em áreas formais da cidade. Como consequência, eles passaram a ocupar áreas vizinhas da Avenida Brasil como a Maré. A região apresentava desvalorização imobiliária frente a outras áreas da cidade devido aos terrenos alagadiços. Mas, mesmo assim, acabou sendo ocupada devido as obras públicas de grandes

dimensões como a criação da Cidade Universitária e as indústrias instaladas ao longo da via (VIEIRA, 2006).

1.2 O Museu da Maré: espaço de resistência

Inaugurado no dia 8 de maio de 2006, o MM localiza-se na Avenida Guilherme Maxwell, 26 – Maré, Rio de Janeiro, estabelecido em um antigo galpão da indústria naval, inicialmente cedido em comodato³ pela Companhia Libra de Navegação (CLN) à instituição gestora do Museu.

Figura 2. Fachada do Museu da Maré



Fonte: Autora, 2019.

³ Em maio de 2019 ao completar 13 anos, o Museu da Maré recebeu a posse definitiva do imóvel.

Figura 3. Frente do galpão da exposição de longa duração do Museu da Maré.



Fonte: Autora, 2019.

A criação do MM foi fruto do desenvolvimento de ações anteriores, responsáveis por fornecerem as bases necessárias para o seu surgimento. A gênese do que viria ser o Museu da Maré remonta ao ano de 1989, com um grupo de moradores que realizavam registros fotográficos do lugar e coletavam depoimentos dos habitantes da região com câmera VHS, essa experiência foi intitulada de TV Maré.

Em 1997 foi fundado o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – (CEASM)⁴, organização não-governamental (ONG), localizada no endereço Praça dos Caetés, 7 – Maré, Rio de Janeiro, sendo a instituição criada por moradores da Maré – alguns dos quais ex-integrantes da TV Maré. Como consequência do empenho no trabalho de memória, surge a Rede Memória da Maré⁵ (RMM), que passa a exercer de modo institucional, inúmeros projetos

⁴ Projeto responsável pela criação do primeiro pré-vestibular comunitário do bairro Maré.

⁵ Em 2005 a Rede Memória recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), este prêmio é conferido a pessoas ou instituições que desenvolvem ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O

visando a salvaguarda da história local. A partir do material produzido pelas pesquisas oriundas desses projetos, gerou-se um arquivo documental.

Em 2002, o arquivo documental criado pela RMM é batizado com o nome de Dona Orosina Viera, mulher negra, migrante e viúva, considerada a moradora mais antiga da região. E dessa forma estabelece:

o objetivo de preservar e divulgar a história do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva do bairro Maré. A iniciativa de constituição do arquivo busca ampliar as práticas de cidadania por parte dos moradores locais, democratizando o acesso a informações importantes sobre sua história.⁶

Figura 4. Fotografia da Dona Orosina Vieira.



Fonte: ADOV, s/d.

Em 2003, a CLN - proprietária do antigo galpão - cedeu o imóvel em comodato para o CEASM, que decidiu criar ali a Casa de Cultura da Maré (CCM). Pouco tempo depois, em 2005, com fundos provenientes do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura⁷ e o suporte técnico do Departamento de Museus do

IPHAN selecionou sete iniciativas em todo o Brasil, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de *salvaguarda de bens de natureza imaterial*.

⁶ Museu da Maré. Acervo Orosina Vieira. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=102. Acesso em 20 de março de 2018.

⁷ O CEASM participou do primeiro edital do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. Em 2004, o CEASM foi selecionado com o projeto intitulado “Museu da Maré”, que passou a existir na Casa de Cultura da Maré, a partir de 2006.

Instituo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), teve início a construção do museu, que foi inaugurado no ano seguinte.

A RMM, que funcionava no Morro do Timbau, foi transferida para o espaço da CCM, juntamente com o ADOV. Em pouco tempo, as pessoas passaram a se referir a esse espaço como Museu e, em menos de um ano, a CCM e a RMM “desapareceram”, dando lugar ao MM com sua exposição de longa duração, seus projetos e seu arquivo institucional, o ADOV.

Segundo Vieira (2006) o MM foi nomeado de maneira provocativa, com a intenção de divergir da concepção dos museus monumentais. Ele abrange diversos eixos de atuação que possuem como ponto central a exposição de longa duração, mas que se desdobram em outras atividades como a organização de acervo documental, a realização de pesquisa em história oral e o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas.

Figura 5. Tempo da Água da exposição de longa duração do Museu da Maré.



Fonte: ADOV, 2007.

Figura 6. Roda de leitura na biblioteca Elias José no Museu da Maré.



Fonte: ADOV, 2013.

Figura 7. Contação de histórias na brinquedoteca Marielle Franco no Museu da Maré.



Fonte: ADOV, 2019.

Sobre o intuito do trabalho gerado por essa iniciativa:

A intenção do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem rememoradas e os lugares de memória a serem

lembados são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e por isso, uma versão que limita as representações da história e da memória de grandes parcelas da população⁸.

O MM tornou-se uma das principais fontes de estudos sobre a memória e a história das favelas colaborando no combate a ignorância e o estigma que permeiam este tema. Chagas e Abreu (2007) descrevem de que modo ele alcança este objetivo através de sua atuação:

A experiência do Museu como ferramenta de comunicação e trabalho contribui para a luta contra o preconceito em relação aos museus – tradicionalmente considerados como dispositivos de interesse exclusivo das elites econômicas - e também em relação às favelas – comumente tratadas como lugares de violência, de barbárie, de miséria e de desumanidade (CHAGAS; ABREU, 2007, p. 4).

O acervo do ADOV é formado por uma diversidade de materiais como: fotografias, publicações, fitas de vídeo e áudio, jornais, mapas e outros documentos textuais. Dentre eles encontra-se o nosso objeto de estudo o Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda.

Figura 8. Exemplar do Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda.

Divisão de Centros de Habitação Provisória		SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS		CHP	Local	Ficha n.º		
FUNDAÇÃO LEÃO XIII				6	Nova - Holanda	74		
Nome	Alexandre Luiz Espírito Santo	Endereço	Rua 9 - casa - 6			Data 29/4/195		
Sexo	Masculino	Estado Civil	sócio	Data Nasc.	14/10/81	Idade 34 anos		
Profissão		Ocupação	balcônista	Procedência	Praia do Pinto	Naturalidade GB		
Salário	413,00	Empresa que Trabalha	Organização Béa	Endereço da Empresa	Leblon			
Cart. Identidade n.º		Carteira Profissional n.º		Instrução	Primário completo			
					Certidão de Nascimento			
NOME	REL. C/ RESP.	SEXO	IDADE	ESCOLA NAT.	INSTR.	IDENTIDADE OCCUPAÇÃO	SALÁRIO	OBSERVAÇÕES
1 Arlete Nequira	comp. F 23	S RJ/A	-	-	-	-	-	
2 Marco Antônio Nequira	Filho M 19	S RJ/EP GP		Biscoite	± 300,00			
3 Luiz Fernando Nequira	Filho M 17	S RJ/EP CP		Aux. Cozinhas	311,40 - salário Reynal	do menor		
4 Rosangela Nequira	Filha F 18	S RJ/EP		-	-	-		
5 Cláudia Nequira	Filha M 12	S RJ/EP		-	-	-		
6 Alexandre Luiz	Filho M 9	S RJ/EP				1 salário		
7 Evaldo Espírito Santo	Filho M 6	S RJ/EP				2 gastos		
8						2 gastos		
9						1 biscoite		
10						1 biscoite que é		
11						1/11 para 1/12		
12						1/12 para 1/13		
13								
14								
15								

Fonte: ADOV, 2018.

⁸ Museu da Maré. A Proposta. Disponível em:

http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=60. Acesso em: 31/08/2018

Figura 9. Arquivo deslizante do ADOV.



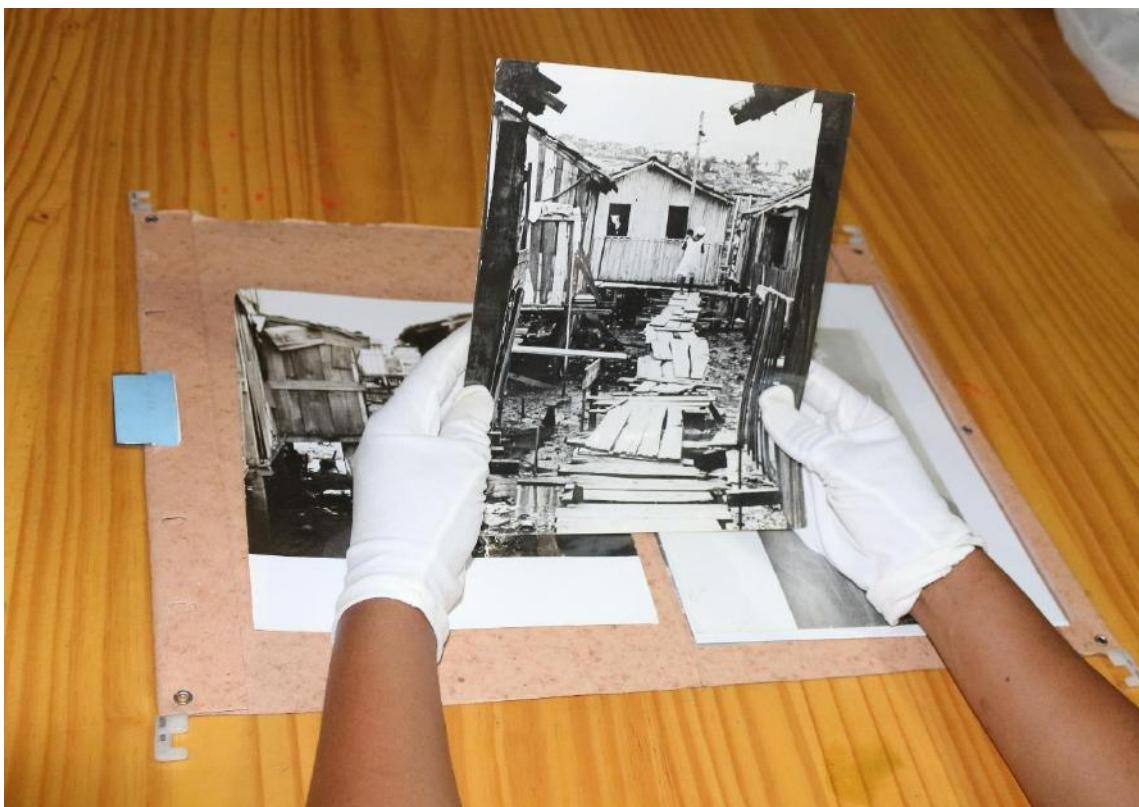
Fonte: Autora, 2019.

Figura 10. Detalhe do interior do arquivo deslizante do ADOV.



Fonte: ADOV, 2012.

Figura 11. Manipulação de fotografia do ADOV.



Fonte: Autora, 2019.

1.3. As fichas cadastrais desenvolvidas pela Fundação Leão XIII: Contexto Histórico.

As fichas cadastrais datam da década de 1970, geradas a partir de atividades desenvolvidas pela Fundação Leão XIII (FLXIII), responsável por prestar atendimento aos favelados da cidade do Rio de Janeiro. Chamamos atenção para a necessidade de falar sobre tal entidade, pois, sua origem e relação com as favelas são fundamentais na compreensão do surgimento das fichas pesquisadas no presente trabalho.

Uma grande transformação ocorre no cenário político do Brasil, com o fim da ditadura Vargas e a implementação de eleições diretas para presidente, que acarretaram na vitória de Eurico Gaspar Dutra. O resultado obtido nas eleições de 1947 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) demonstrou seu notável crescimento, visto como ameaça pelo presidente eleito, que passa a adotar

medidas para coibir a ação de sindicalistas e militantes ligados ao partido, decretando pôr fim a ilegalidade do PCB e a cassação de seus parlamentares (SILVA, 2006).

Uma destas medidas foi a criação da FLXIII, através do Decreto presidencial n.º 22.498, de 22 de janeiro de 1947, sendo uma entidade privada, ligada à Diocese do Rio de Janeiro, por meio de um vínculo estabelecido entre o Cardeal D. Jaime Câmara e o prefeito da época Hildebrando de Góis. Isto nos faz constatar, que a razão principal para o surgimento da fundação, foi a de impedir a atuação dos comunistas junto aos favelados. Silva (2006) descreve a articulação estabelecida entre Igreja e Estado, responsáveis pela origem da entidade:

A própria forma de constituição da Fundação demonstrava um certo hibridismo, situado entre o público e o privado, o laico e o religioso. Com isso, o governo acabou não desenvolvendo efetivamente políticas para as favelas, delegando à Fundação essa função que, revestida de um caráter filantrópico, foi marcada pelas concepções conservadoras hegemônicas naquele momento (SILVA, 2006, p.73).

O pensamento que direcionou as atividades da FLXIII em seu início, divergiu da postura hostil adotada até então pelas autoridades quando o assunto era a favela. A redemocratização motivada pela conjuntura política, trazia consigo a necessidade de uma atuação não repressiva, que correspondesse às expectativas dos moradores das favelas de permanecerem no local, atrelada a necessidade do controle ideológico (VALLA, 1986). Em um de seus relatórios, é possível entender de que maneira a FLXIII exercia essa função:

Antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança, prestar-lhes serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva senão convivendo com eles, participando de suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigo deles e lhes apontando caminhos novos para a sua vida, atribulada... Antes de tudo, ganhar a confiança dos favelados na *base da educação social*, com um seguro critério de sinceridade... Estabelecer no coração da favela um Centro Social que atenda às necessidades de saúde, educação... Tomar contato com o povo, prestar-lhes serviços, 'convencer' pela dedicação, até ganhar palmo a palmo a confiança das famílias... E, quando houver um ambiente de sadio entrosamento dos 'trabalhadores sociais' com os moradores das favelas, será possível fazer-se um 'dossier' verídico

de cada favelado *cuja condição conhecida indicará os rumos que se devem dar à solução do problema que se quer* (NOTAS E RELATÓRIOS, 1954 apud VALLA, 1986, p.48).⁹

O “dossier” ao qual o relatório se refere eram os censos que a entidade produzia, constituindo um sofisticado banco de dados com base no cadastramento dos moradores. Eram elaborados por seus assistentes sociais, desenhando desse modo um retrato de cada favela, chegando inclusive a serem utilizados nos estudos do censo de favelas do IBGE, de 1950 (COSTA, 2015).¹⁰

As ações promovidas pela FLXIII empregaram uma nova metodologia em relação a população favelada. Segundo Valla (1986), essas ações eram desenvolvidas em duas fases distintas que incluem:

Conhecimento da favela através do levantamento estatístico, da classificação das famílias e dos indivíduos e os estudos da comunidade e o *Tratamento das famílias* através de uma ação social que se desdobra em atividades de serviço social, educação, saúde e organização social da comunidade¹¹ (Valla, 1986, p.49, grifo do autor).

No período de redemocratização, a FLXIII é o acontecimento mais significativo na política referente à favela. A gestão do prefeito Mendes de Moraes, sucessor de Hidelbrando de Góis, cuja administração havia criado a entidade, não deu seguimento às medidas empregadas pelo seu antecessor (VALLA, 1986).¹²

Em 1948 a nova tendência observada na atuação da FLXIII recebe um apoio significativo através da *Batalha do Rio*, uma campanha encabeçada pelo jornalista Carlos Lacerda, vereador pela União Democrática Nacional (UDN) e grande opositor do Governo Dutra e da gestão de Mendes de Moraes. Com uma série de artigos de sua autoria publicados no jornal *Correio da Manhã*, Lacerda alcança grande repercussão ao tratar da questão da favela, afirmando que elas deveriam ser tratadas como um problema nacional, e não apenas do Rio e que

⁹ VALLA, 1968, p.48 apud *como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e Relatórios de 1954*. Rio de Janeiro, 1955, p.516.

¹⁰ COSTA, 2015. p.137.

¹¹ VALLA, op. cit., p.49.

¹² VALLA, op. cit., p.45.

soluções provenientes de concepções reducionistas, repressoras e antiquadas deveriam ser combatidas (VALLA, 1986).

Em um desses artigos, Lacerda responde a críticas que recebeu do PCB, que se opôs a Batalha do Rio por considerar que ela servia para encobrir a expulsão dos favelados para o campo, nele ficam aparentes quais as funções que Lacerda acreditava que os favelados deveriam desempenhar na cidade:

Erram aqueles que pensam que o problema se resolveria pela “expulsão” dos favelados, pela sua remoção para locais distantes do lugar em que trabalham os membros da família etc. Inicialmente o que há a fazer é muito menos – e, ao mesmo tempo, muito mais. Muito menos, porque não seria preciso gastar muito nem perder tanto tempo em comissões e subcomissões que acabam sempre pelo inevitável “relatório” propondo medidas que uma vez anunciadas na imprensa, ficam no papel (...) Ao mesmo tempo é muito mais, porque não visa apenas remover a feitura de casebres que mancham a cidade, nem mesmo apenas enquadrar os favelados rigidamente, como se fossem todos uma categoria única de indesejáveis, uma casta de intocáveis que é preciso afugentar da cidade. (**No dia em que fossem todos, para o campo, cadê cozinheiras, lavadeiras, mata-mosquitos, condutores, operários da Prefeitura, a gente infinitamente variada, infinitamente útil, que mora nas favelas?**)¹³. (LACERDA, Carlos. Jornal Correio da Manhã, 21 de maio de 1948. Seção Tribuna da Imprensa, p.2, grifo nosso).

Como reflexo da *Batalha do Rio*, a providência mais imediata tomada pelo Prefeito Mendes de Moraes, juntamente com o presidente Dutra foi a de instituir comissões que deveriam atuar para solucionar os problemas das favelas, já a longo prazo, o prefeito comunica a construção de 40.000 casebres e atesta para o intervalo de um ano a solução para o problema de 50 favelas (VALLA, 1986).

De seu início até meados da década de 1950, nota-se um aumento gradual das atribuições burocráticas encarregadas à FLXIII pelo Estado, deixando em segundo plano seu papel de mobilizar a população favelada, para representar a burocracia estatal dentro dos morros (VALLA, 1986).

Em 1950 Vargas volta ao poder estabelecendo no país um processo de industrialização, isso fez com que o fluxo migratório para as metrópoles

¹³ LACERDA, Carlos. **O Partido Comunista e a Batalha do Rio de Janeiro.** Jornal Correio da Manhã. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=1948. Acesso em 15 de abril de 2019.

crescesse de modo significativo, o que acarretou de maneira considerável no aumento do número de favelas. Podemos constatar também em seu retorno, uma maior flexibilização política referente às camadas populares, quando em 1951 o Serviço de Recuperação das Favelas passa pela primeira vez a se subordinar à Secretaria de Saúde e Assistência, ao invés do Departamento de Segurança Pública (VALLA, 1986).

Nesta época a favela se consolida como fenômeno urbano e começam a ser publicados os primeiros trabalhos científicos sobre este tema, tornando o período propício para estudos e debates. As proposições gestadas na experiência da FLXIII e ratificadas pelo discurso de Carlos Lacerda através da campanha *Batalha do Rio*, passam a ser apropriadas pelos técnicos do governo. Contudo, nenhuma ação concreta é levada adiante. Não era interessante para o Governo Vargas a insatisfação das massas urbanas, porém o avanço acelerado das favelas inviabilizada a execução de qualquer projeto (VALLA, 1986).

O Governo Kubistchek (1956 a 1959) foi um período determinante para o curso do país, nele Brasília é construída tornando-se a nova Capital do Brasil, posto ocupado até então pelo Rio de Janeiro, que a partir deste acontecimento transforma-se em Estado autônomo política e administrativamente. Esta transformação provoca mudanças significativas na conjuntura política, a principal delas é o governo do recém-criado Estado da Guanabara parar nas mãos da oposição, representada pela figura de Carlos Lacerda (VALLA, 1986).

Em 1956 foi criado o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), com o intuito de coordenar vários órgãos municipais e minimizar a falta de comunicação entre eles, foram integrados diversos órgãos dentre eles a FLXIII (LEEDS; LEDDS, 1978).

Foi justamente quando o Rio de Janeiro passou de Capital Federal à Estado da Guanabara que o SERFHA tornou-se parte da Coordenação de Serviço Sociais do Estado, chefiado por José Arthur Rios nomeado por Carlos Lacerda, isto deu ao SERFHA autonomia, pois, permitiu que o órgão colocasse em prática sua própria proposta, que baseou-se na vasta pesquisa da Sociedade

de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos complexos Sociais (SAGMACS)¹⁴ do qual Rios era membro.

A atuação do SERFHA sob o comando de Rios, se dava através da urbanização das favelas de modo colaborativo entre o órgão institucional e os moradores. Neste trabalho conjunto intitulado de Operação Mutirão, as favelas organizavam associações de moradores e elegiam um representante que se encontrava frequentemente com os membros do SERFHA, que em contrapartida forneciam assessoria técnica quanto à organização, informação legal, assistência financeira e social. O desenvolvimento deste trabalho tinha por objetivo habilitar o morador que, ao adquirir certa independência passa a estabelecer um contato direto com as autoridades estatais, ao invés de depender de favores políticos (LEEDS; LEEDS, 1978).

A Operação Mutirão receberia ainda mais visibilidade, causada pela chance de obter recursos do Fundo do Trigo¹⁵, acordo estabelecido entre o governo da Guanabara e a Agência de Desenvolvimento Externo Norte-Americana (USAID) como parte do programa *Aliança para o Progresso*.

O modo como Rios conduziu a urbanização das favelas divergia dos interesses imobiliários, Leeds e Leeds (1978) alegam que o desacordo se deu pelas seguintes razões: não tomar a terra ocupada por favelas instaladas em locais valorizados da cidade para fins mais rentáveis e pela lógica do mutirão impossibilitar o pedido de grandes empréstimos às agências internacionais de fomento.

Em maio de 1962, o SERFHA tem suas funções subitamente interrompidas, quando Carlos Lacerda despede Arthur Rios, extingue o órgão e cria pouco

¹⁴ SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos complexos Sociais) é um extenso relatório que trata sobre as favelas cariocas, trabalho pioneiro sobre esse tema, elaborado em 1958 por José Artur Rios e publicado em 1960 no O Estado de São Paulo. Carlos Lacerda, em outubro do mesmo ano publica o relatório em seu jornal, A Tribuna da Imprensa e a partir daí convence Rios a entrar para a política e posteriormente nomeia-o para a Coordenação de Serviços Sociais, assim que Lacerda assume o Governo do recém-criado Estado da Guanabara. (LEEDS E LEEDS, op. cit., p.199 e Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV/Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira, organizadores. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p.67).

¹⁵ O fundo era composto de recursos oriundos da compra de trigo dos Estados Unidos pelo Brasil, que eram emprestados ao governo brasileiro para serem reaplicados em programas de desenvolvimento. No início de 1962, a possibilidade de fechar o acordo era constante nos jornais, que noticiavam sobre a relevância dos recursos serem destinados à Coordenação de Serviços Sociais, que no período realizava obras de melhorias nas maiores favelas da cidade (BRUM;2011; p.75).

tempo depois a Secretaria de Serviços Sociais (SSS) e indica Sandra Cavalcanti para o cargo de chefia. Essas mudanças indicam o término de uma fase de comunicação relativamente aberta entre as favelas e o Governo (LEEDS; LEEDS, 1978). Alguns dias após a demissão de Rios, é assinado o Acordo do Fundo do Trigo (BRUM, 2011).

Outra decisão relevante tomada durante este ano, resultado de manobras políticas praticadas por Lacerda, foi a incorporação definitiva da FLXIII ao Estado. O que levou Lacerda a fazer isso, foi o seu interesse pela natureza ambígua do órgão capaz de representar o Estado enquanto recebia capital estrangeiro concedido pelo Acordo (LEEDS; LEEDS, 1978).

Posteriormente, a FLXIII foi absorvida pela Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), subordinada da SSS. A COHAB era a autoridade nas construções de baixo custo e foi criada com o intuito de prestar assistência às favelas com o auxílio da FLXIII. De acordo com Leeds e Leeds (1978), no exercício de suas atividades a COHAB além de construtora atuava também no “trabalho social julgado necessário na remoção das favelas para preparar sua população **inculta** para a residência nas casas da COHAB” (LEEDS; LEEDS, 1978, p.215, grifo nosso).

Esse foi um período de total reestruturação dos serviços sociais do Estado. Valla (1986) afirma que essas modificações foram responsáveis por criar: “(...) a base institucional para a execução de uma estratégia de controle autoritário dos moradores de favelas pelo Estado – levada a cabo pelo então Governo Lacerda” (VALLA, 1986, p.90).

A partir dessas alterações a prioridade na política de habitação passou a ser a erradicação das favelas, em que se promovia a construção de conjuntos habitacionais e se adotava as remoções como prática, eximindo os custos com políticas públicas nas favelas e dando foco às periferias que receberiam os favelados. Aqueles mandados para as novas habitações nos conjuntos teriam que pagar prestações mensais à COHAB. Os que não tinham condições financeiras para tal, eram enviados para Centros de Habitação Provisória (CHP), o maior de todos foi construído justamente na Maré, intitulado de Nova Holanda.

1.3.1 A Nova Holanda: entre o provisório e o permanente

A Nova Holanda foi erguida sobre uma vasta região de aterro e a execução de seu projeto foi dividida em duas partes. Silva (2006) descreve de que modo se isto deu:

Nos anos de 1962 e 1963 foi construído o primeiro setor do CHP, formado por 981 casas de madeira, construídas em lotes de 5 x 10 m. O segundo setor, construído no último ano de governo de Carlos Lacerda, era composto por 228 vagões de madeira, divididos em unidades, de dois pavimentos cada um: no primeiro pavimento havia sala, cozinha e banheiro; e no segundo havia dois quartos (SILVA, 2006, p.92).

Figura 12. Chegada dos primeiros moradores à Nova Holanda em 1961.



Fonte: ADOV, 1961.

Com gente sendo trazida de várias favelas da cidade e inseridas provisoriamente em habitações precárias, a Nova Holanda se tornou um depósito de pessoas removidas. O depoimento de um dos moradores, presente no trabalho de Vieira (2008) sobre as memórias do bairro Maré resume bem essa situação:

Em 64 foi fundada a Nova Holanda, na época do Lacerda, Lacerda era governador e ele queria acabar com a favela, fazia de tudo para acabar com a favela, então tinha ali o Morro do Pasmado na entrada de Copacabana, saia do túnel você via logo a entrada do Morro era uma

favela ali e ele resolveu acabar com aquela favela e fez aquele conjunto da Vila Kennedy, botou metade do pessoal pra lá, depois fez Cidade de Deus, ai ele queria acabar com aquela outra favela que tinha ali no esqueleto, ali onde é hoje aquele trevo do maracanã, com a entrada da 28 de Setembro, ali era outra favela bem grande, hoje é o campus da UERJ, ai ele fez Nova Holanda, aterrou aquilo ali, fez as casas todas de madeira, todas em ruas e botou metade do pessoal pra morar ali, mas ali seria uma passagem até ele terminar Cidade de Deus que era pra botar o pessoal pra lá, então, Nova Holanda seria uma cidade dormitório, cada favela que ele ia tirando, jogava pra ali até construir casas, mas é que o pessoal foi ficando e não saíram mais... (VIEIRA, 2008, p.174).

Figura 13. Vista geral da Maré do Morro do Timbau ao Parque União. A nova Holanda aparece em destaque com o traçado regular de suas ruas em 1979.



Fonte: ADOV, 1979.

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos moradores em decorrência das políticas de remoção, a mudança para lugares distantes

acarretou no aumento da distância dos empregos e na consequente perda destes em muitos casos, escassez de transporte, fim de rendas extras (como os biscates realizados para as classes mais altas da zona sul), rompimento dos vínculos de vizinhança, desestruturação das famílias e o crescimento de suas despesas (SILVA, 2006).

De acordo com dados da COHAB, no intervalo entre os anos de 1963 e 1965, foram removidas durante o governo Lacerda 6290 famílias um total de 31.000 pessoas (RELATÓRIO GERAL, 1963-1965 apud LEEDS; LEEDS, 1978, p.220).¹⁶ Esses números demonstram que na questão favela a remoção foi a marca de sua gestão.

Com o golpe militar em 1964, o Marechal Castelo Branco toma o poder. E através de negociações do governo Lacerda, o presidente cria o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Em outubro do mesmo ano, Sandra Cavalcanti ex-Secretária de Serviços Sociais do governo Lacerda é escolhida para assumir a presidência do BNH. A opção por Sandra para o cargo, evidencia que a política que suscitou o surgimento da COHAB é fundamentalmente a mesma que suscitou o BNH, isto é, assegurar a remoção dos moradores e viabilizar a expropriação dos terrenos para a construção civil (VALLA, 1986).

Sandra já havia proposto em abril de 1964, por meio de uma carta ao Marechal Castelo Branco, que fosse criado um órgão capaz de resolver a questão da moradia das “massas” como forma de obter simpatia para o regime:

Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha presidencial de Carlos [Lacerda], mas nós achamos que a Revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução do problema de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas (GAMA DE ANDRADE, 1976 apud BRUM, 2011, p.85) ¹⁷

¹⁶ 'Relatório Geral 1963-1965/ COHAB' apud LEEDS E LEEDS, p.220.

¹⁷ BRUM, p.85 apud GAMA DE ANDRADE, Luís Aureliano. “Política urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política” . *Estudos CEBRAP*. n. 18, out/dez 1976. p. 118-148.

Nas eleições de 1965, o candidato de Carlos Lacerda, Flexa Ribeiro, é derrotado e quem assume o governo do estado da Guanabara é o candidato da oposição, Negrão de Lima. Os moradores de favela tiveram um papel decisivo neste resultado:

As menores votações de Flexa Ribeiro, candidato de Lacerda, foram exatamente nas áreas que concentravam o maior número de favelados e também nas seções eleitorais localizadas nos conjuntos habitacionais (ou próximas) que agora abrigavam os removidos, as de Vila Esperança, Vila Aliança e Vila Kennedy. Nestas duas últimas, o número de votos para Negrão de Lima era 11 vezes maior do que para Flexa Ribeiro, conforme noticiado na imprensa (BRUM, 2011, p.87).

O governo Negrão de Lima encarou um período complicado, pois, correspondia a umas das poucas oposições no país, tendo suas atividades restrinvidas pela política nacional do regime de exceção imposto pelos militares. Foi em meio a esta conjuntura que surgiu em 1968, pelo governo estadual a Companhia de Desenvolvimento Comunitário (CODESCO), o órgão deveria atuar em determinadas favelas tendo como prioridade:

Atacar os problemas de legalização dos títulos de propriedade, abastecimento de água, luz e esgoto, financiamento de material de construção, a autoconstrução de habitações, além da construção de parques, escolas e centros comunitários através do mutirão (VALLA, 1986, p.98).

No mesmo ano é criada à nível federal a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro (CHISAM), em resposta ao nascimento da CODESCO cujo os interesses contrariavam os do governo federal. A CHISAM teve sua política de atuação guiada pelo seguinte princípio: “Os favelados são seres humanos integrados a comunidade, mas vistos por esta última como alienados por causa de sua habitação.” (LEEDS; LEEDS, 1978, p.237).

Direcionada por esta concepção ideológica, teve início uma nova etapa de remoções das favelas, dando seguimento a política empreendida por Lacerda. Foi montada uma firme campanha contra as favelas onde a CHISAM e a FLXIII, utilizavam relatórios manipulados, que omitiam os aspectos positivos e maximizavam os dados negativos (LEEDS; LEEDS, 1978). Essa fase culminou

na maior onda de remoções nunca antes vista na cidade, superando até mesmo o período Lacerda.

As favelas removidas localizavam-se majoritariamente na Zona Sul da cidade, os moradores eram transferidos para conjuntos habitacionais de acordo com sua situação financeira, aqueles incapazes de arcar com a despesa das prestações eram realocados “provisoriamente” em albergues mal estruturados, ou nos denominados Centros Habitacionais de Bem-Estar Social, como o caso da Nova Holanda (SILVA, 2006).

A FLXIII exercia um rígido controle sobre a população da Nova Holanda, os moradores não tinham permissão para efetuar nenhum tipo de melhorias em suas casas, sob a justificativa da provisoriação das habitações. O depoimento de uma agente comunitária, presente no trabalho de Monique Carvalho sobre a mobilização popular na Nova Holanda, demonstra esse caráter autoritário da instituição: “Aqui funcionava a Leão XIII também, na época a Leão XIII mandava em tudo e desmandava, não podia fazer uma cerca que tinha que pedir permissão pra Leão XIII” (CARVALHO, 2006, p.62). Essa postura assumida pela entidade corroborou para a precariedade do conjunto, que teve sua condição agravada por moradores de localidades vizinhas que, sem os serviços básicos, realizavam ligações clandestinas na rede de abastecimento de água e energia elétrica.

Figura 14. Fachada da Fundação Leão XIII, na rua Sargento Silva Nunes no CHP Nova



Fonte: ADOV, década de 1970.

A implantação dessa política de habitação, de forma não intencional, acabou por criar a favela “oficial”, pois essa situação com o passar dos anos provocou a degradação dos materiais utilizados na construção da CHP, que se tornou cada vez mais similar aos barracos comuns das favelas. Arthur Rios, autor do projeto dos CHP, comenta sobre este processo:

Eu sou o autor intelectual do Projeto Nova Holanda, ali naquele antigo pantanal na avenida Brasil - o Lacerda achava muita graça no nome: Nova Holanda. Ali havia umas palafitas, que mandamos destruir e construímos umas casas de madeira para servirem de moradia provisória para favelados que tivessem que ser removidos por uma razão ou outra. Posteriormente, a ocupação passou a ser permanente, e a área voltou a ser uma favela (FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p.70)

Foi deste modo que a Nova Holanda se tornou fundamental no processo de consolidação da Maré, pois as primeiras localidades apesar de pertencerem a mesma região, progrediram de maneira autônoma, reconhecidas por serem destacadas uma das outras. Esse cenário passa a mudar quando o governo Lacerda estabelece uma nova forma de ocupação do espaço, através da construção da CHP, pois as localidades do entorno começam a tirar proveito do sistema de abastecimento de água e energia elétrica instalados, o que incentivou o crescimento e o contato entre elas.

2. Entre teorias da Conservação e a participação social

Neste capítulo abordaremos a importância da relação entre museu, patrimônio, memória e favela. Apresentaremos um breve resumo sobre a história dos museus, enfatizando a questão social. Para além disto, ressaltamos as semelhanças nos objetivos das instituições museus e arquivos. Introduzimos os conceitos de patrimônio e memória, apontamos o vínculo entre este último conceito com os arquivos e mencionamos a atuação das iniciativas de memória em favelas. Em outra etapa ilustramos a conservação como uma ação fundamental para preservação, tendo como obra referencial a “Teoría contemporánea de la Restauración”, de Salvador Muñoz Viñas.

2.1 Museu, memória e conservação

A palavra museu tem sua origem etimológica na língua grega, estando relacionada ao Templo das Musas, principal edifício do instituto pitagórico, situado em Crotona (Século VI a.C.). As musas, divindades que inspiravam todas as formas de arte, surgiram da união concebida entre Zeus (representação o poder) e Mnemósine (representação da memória) (CHAGAS, 2011, p.16).

Com o passar dos séculos a forma e as funções dos museus sofreram diversas transformações. Seu conteúdo mudou assim como a sua missão e sua administração (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.64).

A maior parte dos museus no Ocidente passaram a existir com o que se intitulou de “colecionismo”, termo que segundo Kersten e Bonin (2007) é definido como: “um agrupamento de objetos com características semelhantes, organizados de diferentes maneiras, por diferentes pessoas, geralmente aquelas que tinham melhores condições econômicas para adquiri-los” (KERSTEN; BONIN, 2007, p.117).

Apesar da Grécia e Roma Antigas colecionarem objetos, foi no período da Idade Média que a Igreja centralizou no Ocidente os objetos de arte e reforçou a noção de um tempo linear e evolutivo (ARAÚJO, 2012).

Essas coleções de objetos raros no século XVI e XVII vão ser nomeadas como “gabinetes de curiosidades”. Museus e arquivos são criados por monarcas e alguns não nobres, porém, os objetos colecionados pela maioria deles tinha uma disposição própria, descontextualizada de sua origem. O Renascimento acrescentou aos objetos além do valor estético, o valor histórico. A partir da Revolução Científica, no século XVII, as exposições dos museus tiveram por aspiração reconstituir as culturas “exóticas”. Através das coleções, das aproximações e afastamentos com culturas do Novo Mundo e do advento do cientificismo emergem os museus modernos (ARAÚJO, 2012).

A Revolução Francesa em 1798 foi um marco importante para a história dos museus, pois, acarretou em um processo de confisco dos bens nacionais que estavam sob o domínio da realeza e ao mesmo tempo, buscava aniquilar as lembranças do Antigo Regime. “Para assegurar a salvaguarda dessas riquezas, ela [a Revolução] deveria criar um espaço neutro, que **fizesse esquecer** as suas significações religiosas, monárquicas ou feudais: este espaço seria o museu” (BRÉON, 1994 apud CHAGAS, 2002, p.49 -50, grifo do autor). Ocorreu um nivelamento do projeto museológico ao ideal revolucionário, ao passo que os museus passam a ser concebidos como instituições públicas e livres ao público (CHAGAS, 2002).

No final do século XVIII a cultura de curiosidades foi suprimida e no século posterior inicia-se a “era dos museus”. Influenciados pelo cientificismo os museus acresceram suas coleções com objetos significativos para a ciência. Converteram-se em núcleos de produção de conhecimento e um ambiente fecundo para o avanço da antropologia (ARAÚJO, 2012).

Os museus nasceram e se legitimaram relacionados ao cientificismo, mas sua progressão e relevância estão associados à expansão imperialista europeia do século XIX. O colecionismo chegou ao ápice em seu modo de acumulação de bens materiais e conservação definindo essa etapa histórica europeia e norte-

americana, evidenciando-se por sua monumentalidade e concentração, caracterizando dessa maneira os museus tradicionais (ARAÚJO, 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial em 1946, foi criado com o suporte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o Conselho Internacional de Museus (ICOM), com o propósito de fomentar as predileções da museologia e de outras disciplinas relativas à manutenção e as atividades dos museus (CARVALHO, 2011).

No intervalo entre as décadas de 1950 e 1960, especialistas da área se dedicaram ao estudo das bases científicas e filosóficas da Museologia, o que gerou variadas definições de museus e museologia, todas relacionadas a paradigmas como a autonomia da disciplina e a resolução de seu objeto de estudo (CARVALHO, 2011).

Os anos entre 1960 e 1970 representaram uma fase propícia para os movimentos sociais, segundo Carvalho (2011):

Surgem no período, entre outros, os movimentos pelos direitos civis, os movimentos negros, movimentos feministas, movimentos nacionalistas, movimentos estudantis, movimentos ligados à educação e os voltados à promoção da cultura popular. Dentre os movimentos político-sociais, destacamos as ditaduras na América Latina (“anos de chumbo”) e a Guerra Fria, entre outros (CARVALHO, 2011, p.19).

Emergiu na França em 1971 a Nova Museologia, resultado do descontentamento de diversos museólogos que visavam mudar a instituição museu influenciados pelos desejos populares da década (ARAÚJO, 2012).

A efervescência do período fez aflorar questionamentos sobre a função social dos museus. Essas ideias resultaram em 1972, na mesa Redonda de Santiago, no Chile, culminando na criação de um documento intitulado “Carta de Santiago”, que posteriormente, foi responsável por reunir todas as novas tendências de museu (CARVALHO, 2011).

O empenho de pensar um outro modelo teórico de museu levou Hugues de Varine em 1970, a definir uma concepção de museu que substituísse as noções de público, coleção e edifício, pelas de população local, patrimônio comunitário

e território ou meio ambiente (CHAGAS, 2009). Essa concepção museal defendida por Varine, pode ser mais facilmente compreendida através do quadro comparativo abaixo:

Figura 15. Esquema exemplificando as diferenças entre museu tradicional e ecomuseu.

Museu tradicional = edifício + coleção + público

Ecomuseu/museu novo = território + patrimônio + população

Fonte: CHAGAS, 2009, p.52.

É no âmbito da Nova Museologia que nasceu o conceito de ecomuseu. Segundo Chagas (2009), foi Hugues de Varine na companhia de Henri Rivière, ex-diretor e conselheiro permanente do ICOM, quem cunhou em 1971 o neologismo, fruto das relações entre o museu e o meio ambiente. Como reflexo das experiências museológicas desenvolvidas na década de 1970, de acordo com Chagas (2009), novas designações de museus passam a ocupar a literatura especializada: etnomuseus, museus locais, museus de bairro e de vizinhança, museus comunitários, museus de sociedade, e museus de território são alguns exemplos. E continua ao afirmar que: “o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma das partes constitutivas da nova configuração museal” (CHAGAS, 2009, p.49). Entretanto, o autor aponta para o fato de que “Todos esses modelos de museus – acrescento por minha conta - estão atravessados por interesses políticos diversos, por dispositivos de maior ou menor controle social, por disputas de memória e poder” (CHAGAS, 2009, p.51).

Araújo (2012) alega que Varine não enxerga diferença fundamental entre o ecomuseu e o museu comunitário, embora, ela saiba que para alguns autores, eles não sejam a mesma coisa. A autora descreve as semelhanças presentes no modo de atuação destes modelos de museus:

Os ecomuseus e os museus comunitários no Brasil e no mundo procuram revisitar o processo criador de subjetivação e de construção de memória como resistência a uma nova ordem globalizada, a uma museologia estandardizada e/ ou homogeneizada. Estão vinculados aos processos de transição democrática tentando responder a situações de opressão, abandono ou esquecimento (ARAÚJO, 2012, p.78).

Categorizar as experiências museológicas é uma prática importante no auxílio de seu estudo e compreensão, entretanto, nem sempre estas categorias são capazes de abranger os múltiplos aspectos dos museus. Sobre isto concordamos com Chagas (2009):

Ao longo do tempo, a noção de museu tem passado por diversas metamorfoses. Imagens como gabinete de curiosidades, mausoléu, cemitério, banco ou universidade de objetos, palácio, escola, fórum, casa de cultura, e centro cultural têm sido acionadas por diferentes atores, na tentativa de dar conta desse lugar complexo que ele é. **Todas essas imagens e outras mais sobrevivem na atualidade, sem que uma elimine definitivamente a outra, sem que nenhuma delas abrace inteiramente a complexidade museal** (CHAGAS, 2009, p.58-59, grifo nosso).

Essa afirmação de Chagas torna-se bastante evidente no conceito de museu cunhado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2010, um ano após sua fundação: “Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose”¹⁸.

A museologia, enquanto campo de estudo dos museus também passa por mudanças conceituais. Em 1972, o ICOM forjou de maneira mais específica uma descrição do conceito de museologia como: o estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos, de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus (VAN MENSCH, 1994, p.4).

Um fato relevante na área da museologia foi a constituição do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM). A partir daí ICOM e ICOFOM se uniram no trabalho de desenvolvimento dos museus e da museologia:

¹⁸ Global Heritages. Museus: de instituições a casas de poesia. Disponível em: <https://globalherit.hypotheses.org/6612>. Acesso em 11 de agosto de 2019. Essa definição não pode mais ser visualizada no portal do IBRAM, deixando claro que os conceitos de museu e o próprio museu são mutáveis e perpassados por interesses políticos e disputas de poder.

Nesse momento, e nos anos posteriores, os objetivos do ICOFOM eram a definição de museologia, a constituição de um sistema de conhecimento museológico, o desenvolvimento de um programa de ensino universitário da museologia e a compreensão das interrelações da museologia com outros campos do conhecimento, tais como a filosofia, a antropologia social e cultural, as ciências políticas e da informação. A meta era a configuração da museologia como um campo de estudo independente (CURY, 2005, p.47).

A realização de atividades como o seminário Internacional de Museus Regionais sobre a função educativa dos Museus, em 1958, a Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972, e operações museológicas elaboradas na França, na Suíça, em Portugal e no Canadá e a declaração de Quebec em 1984, tiveram um papel importante no surgimento do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM)¹⁹ em 1984 (CARVALHO, 2011).

Podemos notar que esta mudança no campo museal após a década de 1980, não possui um sentido político-cultural único e menos ainda uma única indicação técnico-científica e que ela colaborou para a complexificação do campo e para o aumento da museodiversidade brasileira (CHAGAS, 2009).

Devido a um processo de regionalização o ICOFOM criou o ICOFOM-LAM (grupo regional do ICOFOM para a América Latina e Caribe), que tem por objetivo desenvolver a teoria museológica na região. Segundo Carvalho (2011): “A museologia trabalharia na contemporaneidade na interseção entre saberes (os novos e os constituídos)” (CARVALHO, 2011, p.25).

De acordo com Hannesch (2013) os museus são instituições que geram arquivos em decorrência de suas atividades intrínsecas de colecionismo (coletar, estudar e conhecer e guardar objetos) e gestão, porém, também por se constituírem como uma unidade organizacional, tornando-lhes inerente a produção de documentos. Sobre as semelhanças presentes nos objetivos destas instituições [museus e arquivos], a autora afirma que:

Ambos têm a preocupação de reunir, guardar, conhecer e dar acesso a materiais únicos em benefício dos usuários e públicos presentes e

¹⁹O termo “nova Museologia” foi criado durante o “Atelier Internacional Ecomuseus-Nova Museologia”, organizado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Québec, Canadá. (CARVALHO, 2011, p.24)

futuros. Podem adquirir ou recolher acervos, identificá-los e conhecê-los, mantê-los e conservá-los, visando dar-lhes acesso de distintas maneiras (Hannesch, 2013, p.102).

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), o conceito de arquivo abarca quatro significados distintos:

- 1) Conjunto de **documentos** produzidos e acumulados por uma **entidade coletiva**, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do **suporte**.
- 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a **custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso** a documentos.
- 3) Instalações onde funcionam **arquivos**.
- 4) Móvel destinado à guarda de **documentos** (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27. grifo do autor).

Desse modo, podemos concluir que o arquivo não se define pelos tipos de documentos ou por sua procedência, mas pelo motivo que foram criados e por seu modo de acumulação.

Hannesch (2013) ao diferenciar os arquivos institucionais dos custodiados, demonstra de que maneira os arquivos adquirem seus acervos:

(...) foi denominado de arquivo institucional, aquele constituído pelo conjunto de documentos gerados e recebidos por uma entidade produtora, em decorrência de suas atividades e funções; e de arquivos custodiados aqueles fundos ou arquivos originados de outrem, que são adquiridos ou custodiados por uma entidade, não sendo necessariamente por ela originados (HANNESCH, 2013, p.109).

No caso do ADOV como pudemos observar no capítulo 1 , ele nasceu antes mesmo da ideia de criação do MM. Foi se consolidando ao longo dos anos, através do empenho de seus moradores em salvaguardar a história local e forneceu as informações necessárias para gerar o MM. Caracterizando uma atuação tanto de arquivo institucional, quanto de arquivo de custódia.

Museus e arquivos são instituições que estão diretamente relacionadas ao campo patrimonial. Desse modo, consideramos necessário discutir o conceito de patrimônio e as alterações por quais ele passou através dos anos.

A palavra patrimônio foi tradicionalmente aplicada relacionada à “herança paterna” ou aos “bens familiares” que eram passados de pais e mães para filhos e filhas, em especial aos bens de valor econômico e afetivo. Entretanto, ao longo dos anos, a palavra gradativamente obteve novos significados semânticos, sem que seu significado inicial fosse prejudicado (CHAGAS, 2009).

Sua definição moderna e diversas competências, não possuem mais de 250 anos. Oriunda do Iluminismo, ela surge durante o século XVIII, no cerne da constituição dos Estado-nações, firma-se no século posterior e alcança relevância no século XX (CHAGAS, 2009).

Grynszpan e Pandolfi (2007) descrevem que houve uma mudança gradual da ideia de nação ao passar dos anos, da noção de identidade nacional homogênea que imperou durante o século XIX, a uma outra que dá destaque à pluralidade cultural. Ao invés de essências, as identidades vão sendo gradualmente consideradas como construções, o que acarretou na inserção das memórias nacionais grupos até então ausentes, percebidos de maneira pejorativa ou considerados menos relevantes. Desse modo, suas memórias passam a ser reconhecidas. E como reflexo dessas mudanças políticas os autores afirmam que: “A própria noção de patrimônio histórico e cultural nacional se altera para contemplar práticas, espaços, objetos relacionados a esses grupos” (GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2007, p. 68).

Sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas relacionadas à noção de patrimônio cultural, Zanirato e Ribeiro (2006) destacam que:

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local,

estadual, nacional ou internacional (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.251).

Na contemporaneidade, o termo patrimônio teve suas concepções e percepções, expandidas, tornando-se possuidor de múltiplos sentidos. Para Choay (2001), o patrimônio é um conceito nômade. Com suas palavras descreve:

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômica e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2001, p.11).

Podemos constatar que essas diversas mudanças (políticas, históricas e culturais) contribuíram de modo decisivo na ampliação do conceito de patrimônio, o que provocou um aumento no número de objetos a serem preservados e consequentemente na variedade de seus suportes.

Além da definição de patrimônio, abordaremos neste trabalho o conceito de memória. Ao refletirmos sobre este tema, somos imediatamente remetidos à ideia de passado, tanto em fatos coletivos quanto experiências pessoais. Pollak (1992) estabelece um paralelo entre ambas esferas (individual e coletiva):

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 1920, 1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

E prossegue:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

Nora (1993) problematiza a memória ao declarar que de certo modo ela não existe mais, pois, deixou de ser vivida no interior dos indivíduos para assumir contornos externos. A percepção de rompimento com o passado, fato característico de nossa história atual, fez surgir um interesse pelos lugares onde a memória se fixa e se abriga. Desse modo, instituíram-se “locais de memória”, por que não há mais “meios de memória”. Ao deixar de ser atividade subjetiva, a memória adquire formas físicas: museus, arquivos, cemitérios, coleções, monumentos... O autor considera que os lugares de memória são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais.

Barros e Amélia (2009) explicitam o estreito vínculo entre memória e arquivo:

(...) torna-se evidente que a relação entre memória e arquivo é imprescindível. Aquela tem este último como espinha dorsal. Tudo isso foi possível a partir da necessidade do homem de externar de forma física os pensamentos, quando passou a registrar seus feitos, eternizando informações que entendia como memoráveis. (...). Assim, surge a memória registradora que delegou ao arquivo a função de mantê-la viva, de forma a desacelerar o desaparecimento dos sinais do que se deseja manter, em face da necessidade do lembrar. O arquivo, portanto, consagra-se como o *locus* que se mantém vivo e atuante no meio da sociedade que o teceu, permitindo, assim, a externalização e a mediação entre o tempo e os acontecimentos passados (BARROS, AMELIA, 2009, p.57).

Mais uma vez utilizamos Pollak (1992), agora para nos auxiliar na compreensão da intimidade existente na relação entre memória e identidade a partir do seguinte trecho:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Para associar os arquivos e essa conexão quase instantânea com o

conceito de memória, outra vez usamos Barros e Amélia (2009), as autoras compreendem o arquivo “como um lugar em que a memória se torna parte do processo de identidade” da sociedade da informação (Barros; Amélia 2009, p.56).

Novamente recorremos à Pollak (1989, p.7) que define a memória como: “(...) operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”. E acrescenta:

[A memória] (...) se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 7).

Frente à dificuldade em manter o equilíbrio e a coesão entre os diversos grupos sociais, devido ao fato deles também serem distintos, verificamos o MM e seu arquivo institucional o ADOV como locais de disputa para manter a coesão entre os vários componentes de nossa sociedade.

Em espaços como as favelas – reconhecidas pela insuficiência de políticas públicas - é fundamental assegurar que sua população seja contemplada por iniciativas comprometidas com a preservação da memória local, contribuindo deste modo para a formação do seu sentimento de identidade.

Grynszpan e Pandolfi (2007) compreendem que a releitura ou a incorporação de grupos minoritários na memória nacional não ocorre de modo passivo. A luta travada por essas minorias pelo reconhecimento de suas memórias resulta em transformações que impactam em inúmeros aspectos, dentre eles na obtenção de direitos:

Apresentando-se no espaço público, rompendo com a invisibilidade ou impondo uma nova representação de si mesmos, buscam esses grupos o seu reconhecimento social, cultural, político e jurídico, o que também implica auferir vantagens correlativas, expressas em direitos. Expandem-se, por essa via, os limites da cidadania, incorporando-se

direitos, incluindo o da memória (GRYNSPAN; PANDOLFI, 2007, p. 68-69).

O MM juntamente com o ADOV, como iniciativas de memória trazem a público a história de surgimento do local, fortalecem o sentimento de identidade dos moradores com o espaço e a partir disto, tornam-se agentes na luta contra o imaginário negativo sobre as favelas. Grynszpan e Pandolfi (2007) conseguem resumir de modo satisfatório sua atuação:

Para boa parte dos responsáveis por iniciativas de memórias, segundo seus objetivos manifestos, o que com elas se pretende é fundamentalmente romper com uma série de representações negativas frequentemente associadas às favelas, recorrendo para tanto à lembrança de práticas culturais tradicionais identificadas com as origens étnicas e regionais dos moradores, e à rememoração de um passado de trabalho, de solidariedade, de cooperação, de participação, de luta, e mobilização contra as adversidades, contra as ameaças de remoção, em prol de condições mais dignas de existência, enfim, de luta pela cidadania. As representações com que se quer romper são aquelas segundo as quais as favelas se caracterizam, entre outros aspectos, pela desordem, pela rejeição de valores morais, pela ausência de cultura, pela incivilidade, pela propensão à violência, hoje associada sobretudo ao tráfico de drogas. Segundo essas representações, as favelas seriam o espaço da barbárie, por oposição à civilização identificada com a cidade formal. Assim percebidas, elas terminam sendo objeto de evitação, de segregação, o que se busca reverter por meio das memórias. (GRYNSPAN; PANDOLFI, 2007, p. 78).

Ainda nas palavras de Grynszpan e Pandolfi (2007), desta vez sobre a profissionalização da memória nestas iniciativas os autores consideram que:

Sua condução e sua continuidade dependem do desempenho de um conjunto de operações que exigem um grau considerável de especialização e que envolvem agentes fora e dentro das favelas. Essas tarefas vão desde, por exemplo, a captação de recursos e a divulgação até a formação dos acervos de memórias, **sua guarda e conservação**, sua catalogação e reprodução, entre outras tantas (GRYNSPAN; PANDOLFI, 2007, p. 76, grifo nosso).

Nesse sentido, dentre os agentes necessários para o auxílio e seguimento destas iniciativas de memória está o profissional conservador-restaurador.

2.2 A Conservação²⁰ na contemporaneidade: a importância da comunidade

Segundo o boletim da Associação Brasileira de Conservadores – Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) destacamos que:

O conservador-restaurador tem uma grande responsabilidade pelo tratamento executado em originais insubstituíveis, quase sempre únicos e de grande valor artístico, religioso, histórico, científico, cultural, social ou econômico. O valor de tais objetos reside nas características de sua fabricação, em seu testemunho direto enquanto documento histórico e, portanto, em sua autenticidade estes objetos “são a expressão significativa da vida espiritual, religiosa e artística do passado, muitas vezes documentos de uma situação histórica, sejam obras de destacadíma importância ou simplesmente objetos da vida cotidiana” (BOLETIM ABRACOR, 1988, p.13).

Para complementar a compreensão sobre as atribuições e a conduta deste profissional, recorremos ao “O código de ética do conservador – restaurador” que atesta:

Aos cuidados desses profissionais são entregues bens culturais que constituem a herança material e cultural da sociedade. Por bens culturais entendemos aqueles objetos que a sociedade atribui particular valor artístico, histórico, documental, estético, científico, espiritual ou religioso. A sociedade atribui ao conservador-restaurador o cuidado desses bens, o que exige grande senso de responsabilidade moral, além da responsabilidade em relação ao proprietário ou responsável legal, a seus colegas e a seus supervisores, à sua profissão, ao público e à posteridade. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2013, p.3)

Desse modo, o conservador-restaurador possuí um papel fundamental no processo de preservação do patrimônio em museus e arquivos e seus documentos resguardados nos lugares de memória.

²⁰ Neste trabalho optamos pelo termo *Conservação*, grafado com maiúscula, para denominar a área de conhecimento, que inclui as outras especialidades que dela fazem parte: a *conservação*, a *restauração* e a *conservação preventiva*. Compreendemos que este é o termo mais apropriado para a salvaguarda dos bens culturais, que deve ser em sua essência, mais conservativa, optando-se pelos procedimentos que correspondem a restauração somente em casos muito específicos. Entretanto, na elaboração do texto, quando citamos outros autores, de distintas tradições, respeitamos o termo usado no original.

Embora “O código de ética do conservador – restaurador” não se aprofunde nos temas abordados neste capítulo, ele orienta a atuação do profissional frente aos bens culturais que comumente encontram-se em ambientes como museus e arquivos, demonstra compreender a amplitude do conceito de patrimônio ao utilizar a expressão “patrimônio histórico, artístico e cultural” e argumenta sobre a necessidade deste profissional manter-se a par sobre as novidades referentes a sua área, sobre isso ressaltamos:

É responsabilidade do conservador-restaurador manter-se atualizado frente ao progresso, as pesquisas e inovações desenvolvidas em seu campo de trabalho, bem como buscar constantemente o aprimoramento de seu discernimento, bom senso, habilidades e perícia. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2013, p.6)

De acordo com o boletim da ABRACOR a preservação:

(...) é a ação empreendida para retardar ou prevenir a deterioração ou os acidentes a que os bens culturais estão sujeitos, pelo controle do meio-ambiente e/ou o tratamento de sua estrutura para mantê-los, ao máximo, em estado de estabilidade (BOLETIM ABRACOR, 1988, p.12).

Já o livro de Conceitos-chave de Museologia afirma que:

Na museologia, a preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.79)

Após observar estas definições, podemos constatar que ambas consideram que a preservação consiste na realização de medidas que visam salvaguardar os bens culturais. O boletim da ABRACOR não especifica os locais a que geralmente pertencem esses bens, o que demonstra a abrangência de lugares que este profissional pode atuar, já no caso do livro Conceitos-chave de

Museologia é declarado que as operações de preservação que envolvem esses objetos são realizadas quando adentram o museu (musealização)²¹.

O Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM - CC) define Conservação como:

Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão.²²

A Conservação possui um papel fundamental na preservação patrimonial em decorrência do fato de englobar todas as medidas que tenham por intuito proteger os bens culturais e por estar inserida nesta área, recorre a diversos campos de saber, que confluem para a salvaguarda desses bens em seus diversos aspectos. É uma disciplina relativamente recente, que no século XX devido as enormes destruições causadas pelas duas grandes guerras no patrimônio cultural europeu, adquiriu um maior desenvolvimento, onde teve reconhecido seu caráter interdisciplinar e científico (BOJANOSKI, 2018, p.18).

Já a conservação preventiva é definida pelo ICOM – CC como:

Todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.²³

A conservação preventiva contempla ações que visam impedir ou diminuir as deteriorações de maneira indireta pois, tem como foco de atuação o ambiente

²¹ Mesmo considerando que nos Conceitos-Chave a musealização aparece ou é definida como uma atividade realizada no museu, sabemos que a musealização pode ocorrer em ambientes fora do espaço museu, como exemplo: a musealização de territórios, de objetos ou obras ao ar livre, a musealização de espécimes em jardim botânico, entre outros espaços.

²² Boletim eletrônico da ABRACOR. Junho de 2010. Disponível em: http://www.abracor.com.br/abracor_docs/svc2/boletim/boletimCompleto_1.pdf. Acesso em: 13 de março de 2019

²³ Boletim eletrônico da ABRACOR. Junho de 2010. Disponível em: http://www.abracor.com.br/abracor_docs/svc2/boletim/boletimCompleto_1.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2019.

em que se encontram os bens culturais. A princípio a conservação preventiva requer determinados custos, que a longo prazo irão resultar em uma economia tanto quantitativa quanto qualitativa, visto que mantêm a integridade dos bens culturais, permitindo estudos mais detalhados, enquanto exclui métodos de intervenção severos e dispendiosos (FRONER, 2005).

De acordo com o ICOM – CC a conservação curativa é definida como:

Todas aquelas ações aplicadas de maneira diretas sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.²⁴

No caso da conservação curativa, as ações empregues de modo direto sobre os bens culturais que ela abarca e que possuem o intuito de interromper degradações ou fortalecer seus suportes, por vezes alterando seu aspecto, fazem desta área um importante instrumento para manter a salvo bens culturais que se encontram em situação de risco. O termo conservação curativa, apresentado pelo ICOM-CC, é pouco utilizado pelos conservadores-restauradores no Brasil, sendo mais recorrente o termo conservação sem o curativa (BOJANOSKI, 2018).

E por fim, o ICOM – CC define a restauração como:

Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem.²⁵

A restauração é definida por ações realizadas de modo direto sobre os bens culturais com o intuito de propiciar a sua fruição. Recorremos a estas ações

²⁴ Ibidem.

²⁵ Boletim eletrônico da ABRACOR. Junho de 2010. Disponível em: http://www.abracor.com.br/abracor_docs/svc2/boletim/boletimCompleto_1.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2019.

quando o bem sofre mudanças que prejudicam a sua capacidade funcional e simbólica, o que na maioria das vezes acarreta na alteração de sua aparência. Essas ações são orientadas por uma metodologia que segue diversos princípios, no caso da definição do ICOM-CC destaca-se o respeito ao material original do bem.

É necessário salientar que todas essas definições e conceitos apresentados, são resultado de discussões no âmbito da Conservação, principalmente oriundas do século XIX²⁶. Em teóricos como Viollet-le-Duc²⁷, John Ruskin²⁸, Camillo Boito²⁹, entre outros. Já no século XX, podemos destacar as várias “Cartas Patrimoniais”³⁰, que objetivavam orientar as demandas do campo, e receberam influência de outras áreas das ciências humanas como: a antropologia, a história, a sociologia, a educação entre outras (CARVALHO, 2011).

Em meados da década de 1960, destacamos a obra de Cesare Brandi³¹ “Teoria da Restauração”, na qual o autor apresenta seus conceitos e considerações sobre conservação e restauração. Embora a teoria brandiana seja voltada para as obras de arte, ela serviu como parâmetro e contribuiu para a intervenção em outras tipologias de objetos. Segundo Carvalho (2011):

[...] os conceitos e critérios defendidos por Brandi como “reversibilidade”, “mínima intervenção” e “documentação exaustiva do objeto/bem a ser restaurado” foram amplamente utilizados em outras áreas da preservação/restauração de bens culturais, em várias tipologias de acervos, entre eles: acervos bibliográficos e documentais. (CARVALHO, 2011, p.46)

²⁶ Não é objetivo deste trabalho apresentar uma revisão de literatura sobre os teóricos do campo da Conservação. Aqui somente pontuaremos a importância da contribuição destes pensadores.

²⁷ Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), nascido na França, foi estudioso, teórico, arquiteto, escritor, diretor de canteiro de obras e desenhista (RESTAURAÇÃO, 2006, p.9)

²⁸ John Ruskin (1819-1900), nascido na Inglaterra, considerado o principal teórico da preservação do século XIX, foi crítico de arte, escritor e pensador político e patrono das artes. Foi professor de artes na Universidade de Oxford (A LÂMPADA DA MEMÓRIA, 2008, p.9-15).

²⁹ Camillo Boito (1836- 1914), nascido na Itália, foi arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e analista (OS RESTAURADORES, 2008, p.9).

³⁰ Documentos normativos que resultam do acordo entre especialistas e conservadores profissionais.

³¹ Cesare Brandi (1906-1988), nascido na Itália, foi intelectual do campo artístico, formado em direito e letras, porém dedicou sua carreira à crítica e à história da arte, à estética e a restauração, publicou diversos e destacados textos (TEORIA DA RESTAURAÇÃO, 2004, contracapa)

Devemos ressaltar que definições e conceitos não são “verdades absolutas”, mas sim construções sociais. Desse modo, passíveis de questionamento e/ou mudança. Por outro lado, são importantes justamente por orientarem nossas ações enquanto profissionais do campo. Concordamos com Kühl (2016), que ao analisar as mudanças pelas quais a preservação passou nos últimos séculos, afirma que sempre houve e continua a existir, na atualidade, diferentes correntes, mas que isso não é um problema, pelo contrário, a pluralidade de pensamento é algo desejável.

Já na contemporaneidade temos a “Teoría contemporánea de la Restauración”³² do autor, Salvador Muñoz Viñas. Essa obra foi fundamental para a condução deste trabalho.

Salvador Muñoz Viñas é professor titular do Departamento de Conservação e Restauração de Bens Culturais da Universidade Politécnica de Valência, na Espanha. Seu livro, “Teoría Contemporánea de la Restauración”, obteve ampla repercussão entre os profissionais da área por questionar as teorias clássicas da Conservação e Restauração. Nesta obra Vinás utiliza autores da própria área, mas também de outros campos relacionados como a filosofia, a museologia, as ciências duras³³ e a história (VIÑAS, 2010).

Segundo Viñas (2010) em um mundo tão heterogêneo como o da conservação e restauração coexistem diversas teorias, do mesmo modo que em uma sociedade é possível a coexistência de plurais estados de pensamento que se afetam e deslocam entre si de modo gradual porém decidido, de acordo com ele a teoria contemporânea da restauração: “é um conjunto de reflexões, de ideias, de teorias, de princípios extraordinariamente potentes -mas é um conjunto informe”³⁴ (VIÑAS, 2010, p.14).

³² Viñas em sua obra “Teoría contemporánea de la Restauración” recorre a estratégia de utilizar os termos *Restauração* e *restauração* para evitar ambiguidades sendo o primeiro termo associado à área como um todo (conservação e restauração) e o segundo aos procedimentos específicos (VIÑAS, 2010, p. 18).

³³ Química, física e biologia.

³⁴ No texto original: es un conjunto de reflexiones, de ideas, de teorías, de principios extraordinariamente potentes -pero es un conjunto informe-.

Consideramos importante salientar, que a teoria contemporânea de Viñas não é meramente a junção do trabalho de outros autores, mas a elaboração de algo que se adapta mais adequadamente à realidade da conservação e restauração através de instrumentos conceituais mais flexíveis (CARVALHO, 2011).

No que tange a museologia, Viñas foi influenciado por determinados autores dentre os quais alguns são adeptos da nova museologia. A ideia principal que ele extraí deste campo é a de que os objetos de museu são *objetos-signo*, uma qualificação que Viñas estende aos objetos de Restauração e após traçar esse paralelo o autor destaca suas diferenças ao expor que o museu é capaz de transformar um objeto através do processo de musealização, pois, ao ser inserido no espaço do museu o objeto é convertido em símbolo, enquanto que a Restauração até pode reforçar a eficácia simbólica de um objeto, mas ela só se ocupa daqueles que anteriormente já eram considerados como simbólicos (VINÃS, 2010).

Sobre a conservação Viñas apresenta duas definições, uma intitulada de factual descrita como muito restritiva e idealista, fundamentada em afirmações e outra defendida por ele caracterizada por um modo distinto de compreender a atividade conservadora, denominada pelo autor de finalista por descrever a atividade em função de seus fins, e não de seus resultados. De acordo com Viñas: “A conservação é a atividade que consiste em adotar medidas para que um bem determinado experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível”³⁵ (VINÃS, 2010, p.19)

Quanto a definição de conservação preventiva, o autor tece uma crítica ao termo “conservação preventiva” por considera-lo redundante, já que toda conservação é preventiva, quer dizer, não há nenhuma conservação não preventiva; todas as operações de conservação visam proteger o bem de alterações com o intuito de mantê-lo em seu estado atual. (VINÃS, 2010)

³⁵ No texto original: *La conservación es la actividad que consiste en adoptar medidas para que un bien determinado experimente el menor número de alteraciones durante el mayor tiempo posible.*

Com respeito a restauração, Viñas (2010) afirma que na prática os limites entre conservação e restauração não são bem definidos, pois, frequentemente estas atividades se sobrepõe, de modo que nem sempre é viável diferenciar estas áreas. O autor estabelece três grandes categorias dentro da Restauração:

Preservação, ou conservación ambiental (ou indireta, ou periférica), que é a atividade que consiste em adequar as condições ambientais em que se acha um bem para que este se mantenha em seu estado presente.

Conservación, ou conservación directa, que é a atividade que consiste em preparar um bem determinado para que experimente a menor quantidade possível de alterações intervindo diretamente sobre ele, e inclusive alterando ou melhorando suas características não perceptíveis -não perceptíveis, se entende, para um espectador médio nas condições habituais de observação desse bem. A conservación directa também pode alterar traços perceptíveis, mas somente por imperativos técnicos.

Restauración, que é a atividade que aspira a devolver a um estado anterior os traços perceptíveis de um bem determinado -perceptíveis, se entende, para um espectador médio em condições normais de observação.³⁶ (VINĀS, 2010, p.23-24)

A Restauração é uma atividade que na prática se desenvolve sobre sistemas físicas e culturalmente complexos. Viñas afirma que, tanto do ponto de vista ético como técnico: “as teorias fechadas não costumam ser universalmente satisfatórias pela mesma complexidade e variedade dos objetos tratados e de suas circunstâncias”³⁷ (VINĀS, 2010, p.177). Desse modo, segundo o autor a Restauração correta é aquela que harmoniza, na medida do possível, um maior

³⁶ No texto original: *Preservación, o conservación ambiental (o indirecta, o periférica), que es la actividad que consiste en adecuar las condiciones ambientales em que se halla um bien para que este se mantenga en su estado presente.*

Conservación, o conservación directa, que es la actividad que consiste em preparar um bien determinado para que experimente la menor cantidad posible de alteraciones interviniendo directamente sobre él, e incluso alterando ou mejorando sus características no perceptibles -no perceptibles, se entende, para un espectador medio en las condiciones habituales de observación de ese bien. La conservación directa también puede alterar rasgos perceptibles, per sólo por imperativos técnicos.

Restauración, que es la actividad que aspira a devolver a um estado anterior los rasgos perceptibles de um bien determinado – perceptibles, se entende, para um espectador medio em condiciones normales de observación.

³⁷ No texto original: *las teorías cerradas no suelen ser universalmente satisfactorias por la misma complejidad y variedad de los objetos tratados y de sus circunstancias.*

número de teorias. Não havendo, por consequência, a boa Restauração, mas a boa Restauração de determinado objeto em determinada circunstância. De acordo com Viñas: “Uma boa Restauração é aquela que fere menos a um menor número de sensibilidades ou a que satisfaz mais a mais gente”³⁸ (VINÃS, 2010, p.177).

Com relação a ética contemporânea da Restauração, Viñas declara que ela objetiva abranger a maior quantidade possível de modos de entender o objeto e responder equilibradamente a todos os seus usos, não somente aqueles que exerce para os peritos, mas também aos que exerce para o restante dos usuários. Desse modo, o que o autor sugere “[...] é a adoção de uma ética mais democrática e menos aristocrática”³⁹ (VINÃS, 2010, p.162).

Algumas pessoas talvez, possam concluir que na teoria contemporânea da Restauração tudo é válido, porém o próprio autor ressalta que:

[...] o restaurador não pode fazer o que ele decide, ou o que crê ser melhor, o que ele considera mais honesto, o que lhe ensinaram, e que o critério principal que deveria guiar sua atuação é a satisfação do conjunto de sujeitos a quem seu trabalho afeta e afetará no futuro.⁴⁰ (VINAS, 2010, p.177)

Podemos constatar que as teorias da restauração desenvolvidas ao longo dos anos foram responsáveis por estabelecer um parâmetro no que se refere a prática da restauração. Teóricos considerados clássicos como Viollet le Duc, John Ruskin, Camilo Boito e Cesare Brandi contribuíram para a consolidação da Conservação como campo disciplinar e suas teorias auxiliaram na elaboração de outros modos de percepção e atuação sobre o bem cultural.

³⁸ No texto original: Una buena Restauración es aquella que hiere menos a um menor número de sensibilidades –o la que satisface más a más gente.

³⁹ No texto original: *es la adopción de uma ética más democrática y menos aristocrática.*

⁴⁰ No texto original: *el restaurador no puede hacer lo que él decida, lo que él crea mejor, lo que él considere más honesto, lo que a él le han enseñado, y que el criterio principal que debería guiar su actuación es la satisfacción del conjunto de sujetos a quienes su trabajo afecta y afectará en un futuro.*

Posteriormente, outras concepções surgem, até a formulação da teoria contemporânea da Restauração de Viñas. Entretanto, é necessário frisar que não existe uma “teoria verdadeira” ou “superada”, isto vai depender de determinados fatores como a tipologia do objeto e do grupo social no qual o objeto está inserido (CARVALHO, 2011).

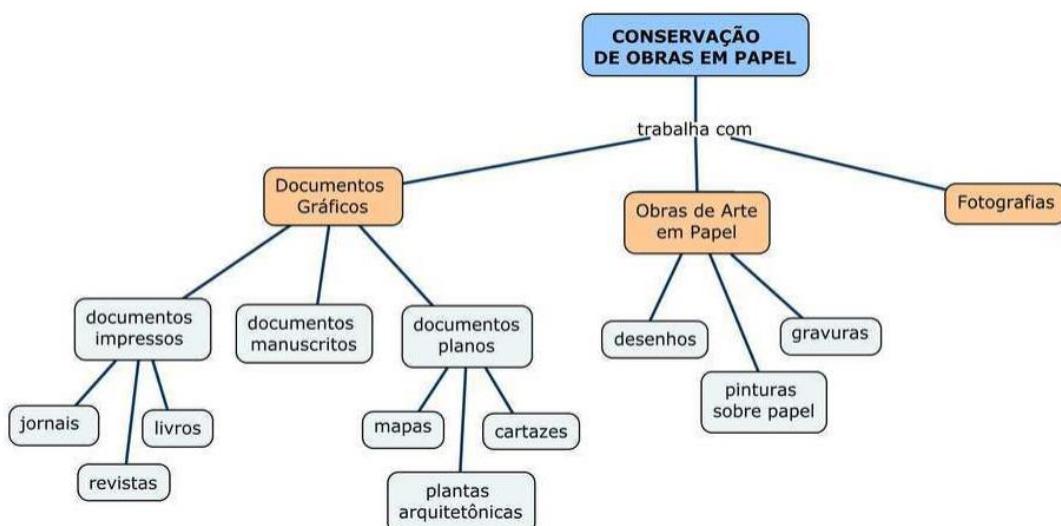
Destacamos a ampliação do conceito de patrimônio, que impactou no campo da Conservação implicando na inserção de novas tipologias de objetos, como é o caso do patrimônio documental em papel que é o suporte do “Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré” do qual se trata este trabalho.

3. Proposta para conservação das fichas

Neste capítulo abordaremos o processo de catalogação, que resultou no banco de dados contendo informações das fichas, visando reduzir a manipulação da ficha impressa (em suporte papel). Em outra etapa, apresentaremos o exame organoléptico e o mapeamento de danos. Além da avaliação do estado de conservação/diagnóstico para nortear uma futura proposta de Conservação das fichas.

A Conservação de obras em papel, também denominada de Conservação de documentos gráficos é uma área complexa devido à enorme variedade de obras, materiais e tipologias de acervos que abrange. Utilizamos abaixo, o esquema elaborado por Bojanoski (2018) que sintetiza como a Conservação de obras em papel se ordena baseado nos materiais encontrados com mais frequência em arquivos, bibliotecas e museus, particularmente no âmbito das instituições brasileiras:

Figura 16. Organograma com as tipologias mais frequentes na Conservação de papel no Brasil.



Fonte: BOJANOSKI, 2018, p.76.

Ao observarmos o esquema elaborado por Bojanoski (2018) podemos constatar que o conjunto de fichas se enquadra no campo de documentos impressos possuindo partes manuscritas.

A maior parte das atividades que envolvem a conservação e a restauração de obras em papel, se dão em bibliotecas e arquivos resultando em algumas particularidades relevantes para a área, de acordo com Viñas (2010):

Isto é interessante, porque quantitativamente a maior parte dos trabalhos de conservação e restauração de nosso campo se desenvolvem em centros nos quais o primordial não é a natureza artística do objeto, mas seu conteúdo. Quer dizer, o primordial não é a capacidade do objeto para produzir sensações de tipo estético, mas a informação que transmite. Isto é lógico se pensamos em que, efetivamente, os livros, os documentos, os periódicos, que encontram-se em bibliotecas, em arquivos ou em hemerotecas, se conservam como registros de informação, e não como objetos de disquete visual.⁴¹ (VIÑAS, 2010, p.21, tradução nossa).

Nesta perspectiva, o autor constata que, que na prática, o intuito não é devolver aos objetos a sua aparência original através da restauração, mas conservar a informação que eles contêm, desse modo declara:

Portanto, o restaurador deste campo na realidade restaura muito pouco, mas conserva muito. É, claramente, um conservador antes de ser restaurador. Seu trabalho, seu esforço, suas técnicas, estão fundamentalmente destinadas a evitar que a informação se perca. Como veremos, esta circunstância é crucial para entender muitos aspectos de seu trabalho⁴² (VIÑAS, 2010, p. 22, tradução nossa).

A partir dessas informações, desenvolvemos ações que têm como prioridade a conservação das informações presentes no “Conjunto de fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré”.

⁴¹ No texto original: *Esto es interesante, porque cuantitativamente la mayor parte de los trabajos de conservación y restauración de nuestro campo se desarrollan en centros en los que lo primordial no es la naturaleza artística del objeto, sino su contenido. Es decir, lo primordial no es la capacidad del objeto para produzir sensaciones de tipo estético, sino la información que transmite. Esto es lógico si pensamos en que, efectivamente, los libros, los documentos, los periódicos, que se hallan en bibliotecas, en archivos o en hemerotecas, se conservan como registros de información, y no como objetos de disfrute visual.*

⁴² No texto original: *Por ello, el restaurador de este campo en realidad restaura muy poco, pero conserva mucho. Es, con claridad, un conservador antes que un restaurador. Su trabajo, su esfuerzo, sus técnicas, están fundamentalmente destinadas a evitar que la información se pierda. Como veremos, esta circunstancia es crucial para entender muchos aspectos de su trabajo.*

3.1 Organização das fichas para preservação da informação

Nesta primeira etapa criamos um arquivo em Excel onde foram inseridos os dados principais dos moradores representados em cada uma das fichas, esta ação além de facilitar o acesso à informação, também se constitui em uma importante ferramenta de conservação pois, reduz o manuseio das fichas.

Tabela 1. Arquivo em excel com os principais dados dos moradores registrados no Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S
1	Nº da ficha	Anexo	Nome				Sexo	Data de Nascimento	Idade	Estado civil	Naturalidade			Procedência					
2	1	1	Abelardo Nenandio da Silva				M	07/07/1932	43	viúva	Estado do Rio			Belfort Roxo					
3	2	0	Abigail de Souza Silva				F	20/04/1930	45	viúva	Estado do Rio			Morro do Querozene					
4	3	1	Abigail da Silva				F	29/06/1914	61	solteira	Minas Gerais			Rocinha					
5	4	1	Adenir Inocêncio Siqueiro				F	17/04/1943	32	casada	Rio de Janeiro			Ilha do Governador					
6	5	1	Adenir Martiniano da Silva				F	13/05/1943	32	solteira	Macacé			Manguinhos					
7	6	1	Aderisto Borges				M	07/06/1930	45	casado	Parába			Favela do Esqueleto					
8	7	0	Adão Simplicio Rosa				M	02/10/1929	46	casado	Rio de Janeiro			Parque Santa Luzia					
9	8	0	Adão Rodrigues				M	10/04/1924	51	solteiro	Estado do Rio			Parque Santa Luzia					
10	9	0	Adalberto Rodrigues de Oliveira				M			casado	Minas Gerais			Macedo Sobrinho					
11	10	2	Abílio Vieira da Silva				M			casado	Pernambuco			Cidade Alta					
12	11	0	Aderval Carvalho				M	08/08/1934	40	casado	Bahia			Parque União					
13	12	0	Adebal Vieira Rosa				M	10/04/1947	28	casado	Estado do Rio			Penha					
14	13	0	Adeglan Felix Moreira				M	28/02/1950	25	solteiro	Guanabara			Macedo Sobrinho					
15	14	0	Adeladio da Conceição				M	01/02/1927	48	casado	Estado do Rio			Rocinha					
16	15	0	Adelaide Gonçalves				F				Estado do Rio			Sampaio					
17	16	1	Adelair de Mousoro				F			solteira	Minas Gerais			Praia do Pinto					
18	17	1	Adelirio Marchette				M	23/12/1937	38	casado	Espírito Santo			Espírito Santo					
19	18	0	Adélio Inácio Faustino				M			solteiro	Minas Gerais			Macedo Sobrinho					
20	19	0	Ademar Costa				M	16/08/1940	33	solteiro	Guanabara			Mangueira					
21	20	1	Ademar Caetano da Costa				M	02/11/1935	39	casado	Rio Grande do Norte			Teixeira Ribeiro					
22	21	0	Ademir Adolfo Hostes				M	23/07/1932	42	casado	Espírito Santo			Parque Santa Luzia					

Fonte: Autora, 2018.

Ao desenvolver esse arquivo respeitamos o arranjo⁴³ do conjunto das fichas mantendo a sua ordem original, que é a ordem alfabética.

Após a realização do arquivo em Excel contendo os dados dos moradores contabilizamos um total de 2.915 fichas, a partir desta informação foi possível criar um gráfico com as localidades que aparecem com maior frequência nelas:

⁴³ Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (Arquivo Nacional, 2005, p.37)

Gráfico 1. Favelas que mais aparecem no conjunto de fichas.



Fonte: Autora, 2019.

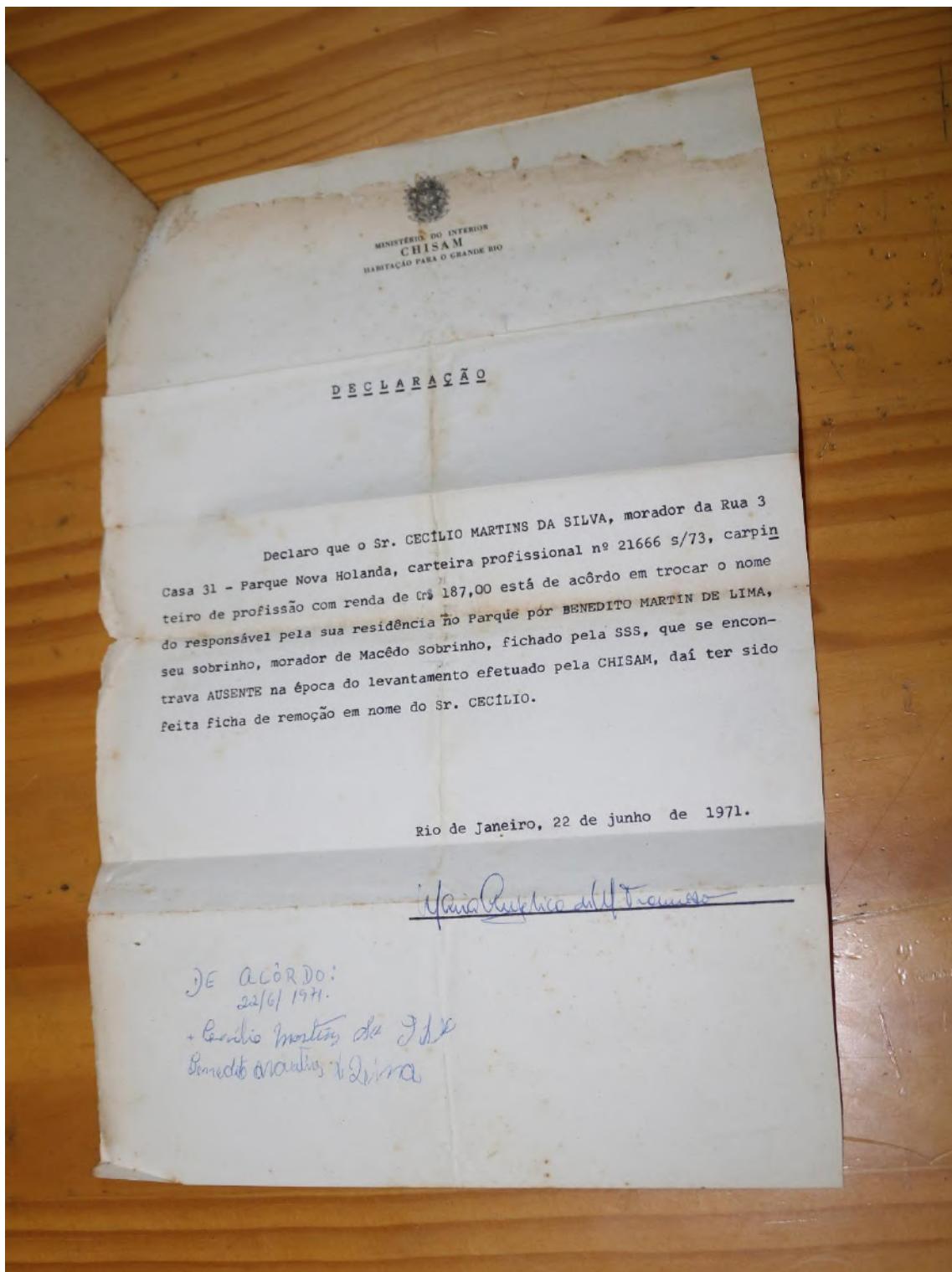
As ações desenvolvidas nesta primeira etapa possuem o intuito de facilitar e ampliar o acesso as informações presentes no conjunto de fichas.

3.2 Exame organoléptico e algumas ações norteadoras

As fichas possuem as dimensões de 16 cm de largura x 12 cm de altura, através do exame organoléptico⁴⁴ foi possível observar que as fichas possuem papel de poupa de madeira, notamos também o uso de grampos em uma quantidade significativa delas, algumas possuem papéis anexados.

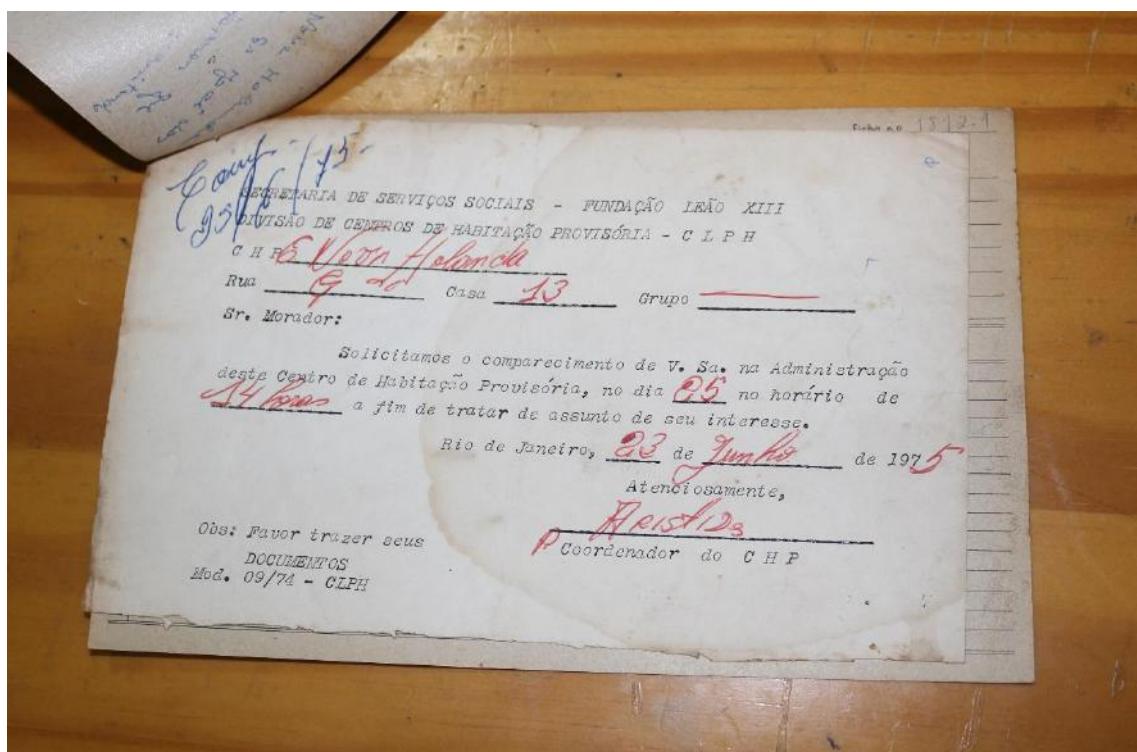
⁴⁴ O exame organoléptico consiste em utilizar os sentidos humanos para analisar às características dos materiais, como por exemplo: a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura etc. .

Figura 17. Exemplar de um dos anexos do conjunto de fichas.



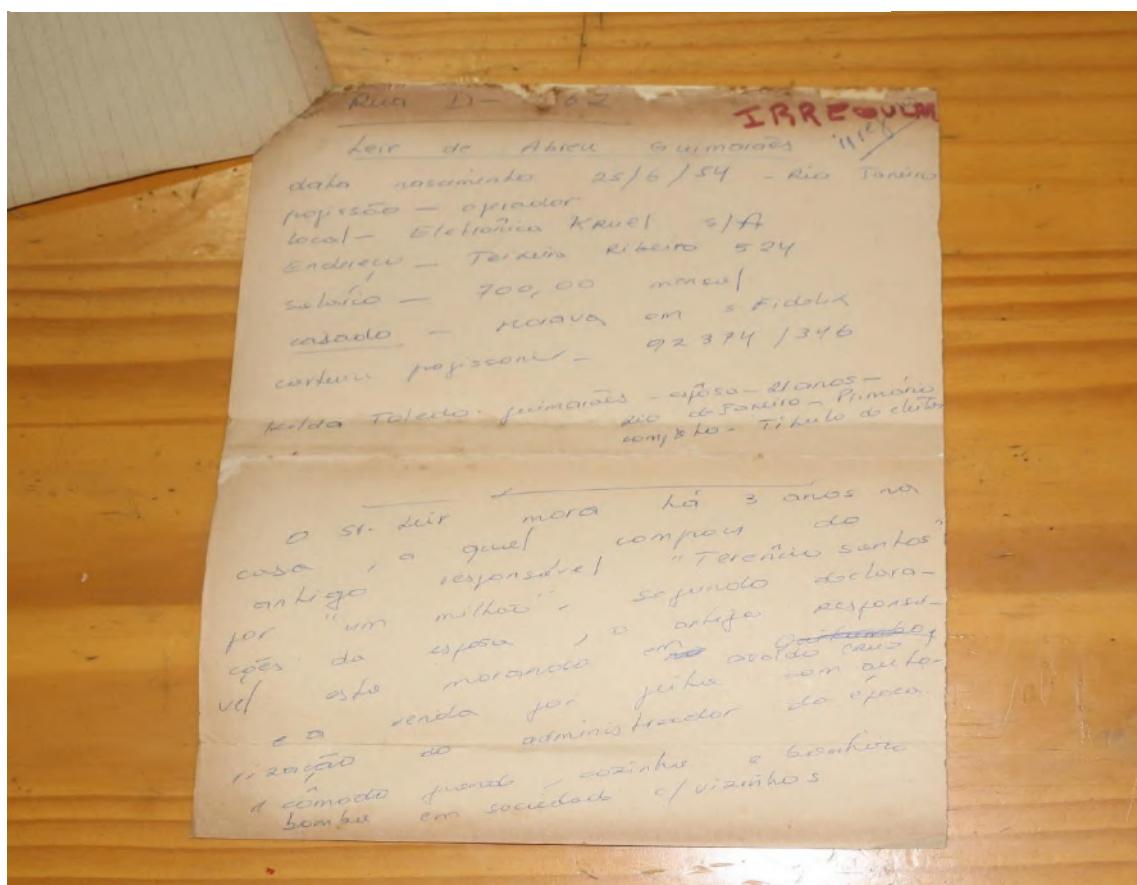
Fonte: Autora, 2019.

Figura 18. Exemplar de um dos anexos do conjunto de fichas.



Fonte: Autora, 9.

Figura 19. Exemplar de um dos anexos do conjunto de fichas.



Fonte: Autora, 2019.

Sobre o acondicionamento atual do conjunto de fichas, elas encontram-se em uma caixa de poliondas⁴⁵ dentro do arquivo deslizante do ADOV.

Figura 20. Arquivo deslizante do ADOV.



Fonte: Autora, 2019.

⁴⁵ Material utilizado no acondicionamento de acervos arquivísticos e reservas técnicas de museus por suas características físicas favoráveis: resistência à água, umidade, calor e choques, por não permitir a formação de mofo ou outros corpos estranhos, também por não ser nocivo e nem prejudicial, ou seja, um material inócuo.

Figura 21. Caixa de poliondas onde atualmente está armazenado o conjunto de fichas.



Fonte: Autora, 2019.

Nos selecionamos um dos exemplares do conjunto de fichas para a realização de um mapa de danos.

Figura 22. Mapa de Danos.

Mapa de danos

Divisão de Vítimas - Habitação Provisória
SECRETARIA DE DIREITOS SOCIAIS

CHP 1
Local NOVA HOLANDA
Endereço RUA 7 CASA 16
Ficha n.º 381
Data 16/01/19

FUNDAÇÃO LEÃO XIII

Nome CRISTINA DOS SANTOS Endereço RUA 7 CASA 16
Sexo FEMININO Estado Civil SOLTEIRA Data Nasc. 01/11/50 Idade 24 Naturalidade RIO DE JANEIRO
Profissão DOMÉSTICA Ocupação BISOTEIRA Procedência MORRO DO SOBRÉGO
Salário 180,00 Empresa que Trabalha
Endereço da Empresa
Cart. Identidade n.º 183028 112024 Certidão de Nascimento
Carteira Profissional n.º 83688-390 Instrução PRIMÁRIO
Título de Eleitor n.º 183028 112024

NOME	REL. C/ RESP.	SEXO	IDADE	ECIVIL	NAT.	INSTR.	IDENTIDADE OCUPAÇÃO	SALÁRIO	OBSERVAÇÕES
1 ROSANGELA CRISTINA DOS SANTOS	FILHA	F	6	S	GB	-	-	-	
2 WILLIAM GOSTAÚN DOS SANTOS	FILHO	M	5	S	GB	-	-	-	
3 DEBORA CRISTINA DOS SANTOS	FILHA	F	3	S	GB	-	-	-	
4 GREICE REGINA DOS SANTOS	FILHA	F	3	S	GB	-	-	-	
5 TORBE LUIZ DOS SANTOS	IRMÃO	M	24	S	RJ P.		SERVENTE 389,00		
6 CLÓVIS LUIZ DOS SANTOS	IRMÃO	M	18	S	RJ P.		-	-	
7 JOÃO DOS SANTOS FIGUEIREDO	TIO	M	28	S	RJ P.		MANOBRÉIRO 450,00		
8 JOSE DE SOUZA FIGUEIREDO	AVO	M	62	S	RJ P.		-	-	
9 MARIA CRISTINA DE JESUS	SOBR.	F	7	S	GB	-	-	-	
10 DENISE SANTOS DE JESUS	SOBR.	F	6	S	GB	-	-	-	
11 GILCIARA SANTOS DE JESUS	SOBR.	F	2	S	GB	-	-	-	
12									
13									
14									
15									

→ Abrasão
→ Amarelecimento
→ Furo
→ Mancha
→ Oxidação
(causada pela presença de grampo)

Fonte: Autora, 2019.

Constatamos que os danos levantados nesta ficha são comuns as outras do fichas do conjunto, mas para que futuramente todas elas tenham os seus danos particularmente registrados elaboramos uma ficha de diagnóstico⁴⁶. Salientamos aqui o diagnóstico como uma etapa fundamental da metodologia de conservação e restauração pois, é a partir dele que serão determinadas as

⁴⁶ Observação, análise e registro para identificar o estado de conservação de um acervo como um todo (conservação preventiva) ou de um objeto específico (conservação e restauração) (BOJANOSKI, 2018, p.16).

A ficha de diagnóstico que nós desenvolvemos encontra-se no apêndice deste trabalho na página 78.

prioridades, práticas e tratamento que serão adotados para o “Conjunto de fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda”.

Destacamos também a importância da digitalização do conjunto de fichas após a realização de seu tratamento, esse processo é utilizado pelos arquivos como uma estratégia de preservação, uma vez que seus acervos possuem características informacionais pressupõem-se que eles serão disponibilizados, sendo consultados e manipulados diretamente pelos usuários, a digitalização possibilita que duas ações almejadas por estas instituições se deem de maneira concomitante: a conservação de seus acervos e a ampliação de seu acesso, o que no caso deste trabalho significa a conservação deste conjunto de fichas juntamente à difusão da história do bairro Maré, um dos principais objetivos do MM e de seu arquivo institucional o ADOV.

Considerações finais

Ao compreender a memória como fenômeno coletivo e social, podemos considerar o Museu da Maré e seu arquivo institucional o ADOV como “locais de memória” onde a memória é resgatada e utilizada como ferramenta para romper com o preconceito e estigma sofridos historicamente pelas favelas, enquanto fortalece o sentimento de identidade dos moradores da Maré.

A condução e continuidade das iniciativas de memória requerem a execução de um conjunto de operações, dentre as quais o conservador-restaurador se faz necessário para a preservação de seus acervos, o exercício das atividades deste profissional é baseado em parâmetros de teóricos da Conservação. O contentamento das pessoas que serão afetadas pelo seu trabalho no presente e no futuro é um fator determinante sobre as decisões que irá tomar.

Podemos constatar que as inúmeras mudanças no conceito de patrimônio ao longo dos anos implicaram em sua ampliação, acarretando na incorporação de novas tipologias de materiais incluindo o patrimônio documental em papel.

A Conservação do patrimônio documental é uma das etapas inseridas na política de preservação que abrange inúmeras outras ações com o intuito de prolongar o tempo de vida útil e permitir o acesso ao conteúdo informacional dos suportes que constituem os acervos dos espaços que detêm a sua guarda.

O acervo do ADOV é utilizado na manutenção da memória dos moradores da Maré, sendo assim, a preservação do “Conjunto de Fichas Cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda”, parte integrante deste acervo é fundamental para a consolidação e o prolongamento dessa função. Destacamos também a importância deste conjunto de fichas como fonte primária por sua quantidade considerável de informações tornando-o objeto de interesse para inúmeras áreas de conhecimento.

Através das informações reunidas neste trabalho e das ações desenvolvidas visando a sua conservação, demonstrou-se a relevância do MM e seu arquivo institucional o ADOV como iniciativas engajadas na preservação

da memória de seus moradores e a necessidade de se salvaguardar este conjunto de fichas, desse modo ratificamos a importância de se realizar futuramente o seu tratamento o que poderá ser implementado através de uma parceria entre o MM e o LABPEL (LABPEL)⁴⁷ do curso de Conservação e Restauração da UFRJ por meio de projetos de pesquisa e extensão.

⁴⁷ O Laboratório (LABPEL), surgiu do compromisso de aliar as ações de pesquisa, ensino e de extensão. No âmbito do curso de graduação em Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro- EBA/UFRJ. Está diretamente ligado ao Departamento de Arte e Preservação- BAP, da Escola de Belas Artes e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Conservação- NUPECOR.

Referências

ARAÚJO. Helena Maria Marques. **Museu da Maré**: entre educação, memórias e identidades. Tese de Doutorado em Educação. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em 06 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS. **Boletim Eletrônico**: Número 1 – Junho de 2010. Disponível em:

<http://www.abracor.com.br/abracor_docs/svc2/boletim/boletimCompleto_1.pdf>. Acesso em: 13. nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENCADERNAÇÃO E RESTAURO. **Código de Ética do Conservador-Restaurador**. Disponível em: <http://aber.org.br/img/codigo_de_etica_2013.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. **Arquivo e memória**: uma relação indissociável. TransInformação. Campinas, v. 21, n.1, jan./abr., p. 55-61. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384334804004>. Acesso em 14 de abril de 2018.

BOITO. Camillo. **Os Restauradores**, tradução Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

BOJANOSKI. Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel**: produção de um glossário para profissionais em formação. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2018.

Boletim ABRACOR – ano VIII - N o 1- Julho de 1988. **O Conservador-Restaurador: uma definição da profissão**. Comitê do ICOM para a restauração

Grupo de Trabalho para a Formação em Conservação e Restauração, Paris, 1984.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**, tradução Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Cidade Alta**: histórias, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2011.

CARVALHO, Ana Paula Corrêa de. **Preservação de plantas arquitetônicas**: identificação e conservação de cianótipos. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro. 2011.

CARVALHO, Monique Batista. **Uma Maré de Lutas**: memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre, e Darcy Ribeiro. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

_____. **Memória e poder: dois movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia no 19, v.19, jun. 2002.

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. **Museu da Favela da Maré**: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia, Vol.3. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade; Editora UNESP, 2001.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DESVALLLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Bralon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo:

Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2002.

FRONER, Y. **Ciência da Conservação ou Conservação Científica?** Hipóteses para uma reflexão. In: FESTIVAL DE ARTE, 2005, Uberlândia. Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://www.festivaldearte.fafcs.ufu.br/2005/comunicacao-28.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. **Memória de favelas, em favelas**: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: Direitos e cidadania: memória, política e cultura. GOMES, Angela de Castro (Coord.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade & BONIN, Anamaria Aimoré. **Para pensar os museus, ou “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”**. MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

KÜHL, Beatriz, Mugayar. **Desconstruindo os preconceitos contra a restauração**. Revista Restauro, n. 0, p. 1 – 7, 2016. Disponível em: <<http://web.revistarestauro.com.br/desconstruindoos-preconceitos-contra-a-restauracao/%3Fprint%3Dprint>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LACERDA, Carlos. **O Partido Comunista e a Batalha do rio de Janeiro**. Jornal Correio da Manhã. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=1948. Acesso em 15 de abril de 2019.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITE, Pedro Pereira. Global Heritages. **Museus: de instituições a casas de poesia**. Disponível em: <<https://globalherit.hypotheses.org/6612>>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

LOURENCO, Luiz Augusto Ferreira. **Cartografias da decolonialidade: o ensino de Geografia no bairro Maré**. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MUSEU DA MARÉ. **Acervo Orosina Vieira**. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=102. Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **A Proposta**. Disponível em: http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=60. Acesso em: 31 de abril de 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. V 10. São Paulo, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**, tradução Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SELDIN, Claudia. **As ações culturais e o espaço urbano**: o caso do Complexo da Maré no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VALLA, Victor Vincent (org.). **Educação e favela**: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VAN MENSCH, Peter. **O Objeto de Estudo da Museologia**. Universidade do Rio de Janeiro UNI-RIO/ Centro de Ciências Humanas/Escola de Museologia e Universidade Gama Filho – UGF/ Museu Universitário Gama Filho.1994.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. **Da memória ao museu**: a experiência da favela da maré. Texto apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.

_____. **Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço da Maré**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIÑAS, Muñoz. Salvador. **La restauración del papel**. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.

_____. **Teoría contemporánea de la restauración**. Primeira. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène, Emmanuel. **Restauração**, tradução Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. **Patrimônio cultural**: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 51, p. 251 – 262, 2006.

Apêndice

Ficha de diagnóstico

Museu da Maré - Arquivo Dona Orosina Viera (ADOV)
 Fichas Fundação Leão XIII
 Divisão de Centros de Habitação Provisória / CHP: Nova Holanda

BOM	
REGULAR	
MAU	

Técnico responsável: _____ Data: _____

FICHA DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO

Principais Características da Ficha	
Nome do morador:	
Ano:	(<input type="checkbox"/>) Anotações à caneta (<input type="checkbox"/>) Anotações à lápis (<input type="checkbox"/>) anexos (<input type="checkbox"/>) Quantidade
Principais Deteriorações da Ficha	
(<input type="checkbox"/>) Deterioração por insetos e roedores (<input type="checkbox"/>) Dobra (<input type="checkbox"/>) Fita adesiva (<input type="checkbox"/>) Fungos (<input type="checkbox"/>) Mancha	(<input type="checkbox"/>) Perda de suporte (<input type="checkbox"/>) Carimbo (<input type="checkbox"/>) Rasgo (<input type="checkbox"/>) Sujidade (<input type="checkbox"/>) Amarelecimento
Proposta de Tratamento	
(<input type="checkbox"/>) DIAGNÓSTICO (<input type="checkbox"/>) HIGIENIZAÇÃO (<input type="checkbox"/>) REESTRUTURAÇÃO (<input type="checkbox"/>) PLANIFICAÇÃO (<input type="checkbox"/>) ACONDICIONAMENTO	
(<input type="checkbox"/>) Remoção de sujidades extrínsecas à obra → (<input type="checkbox"/>) Com pó de borracha e trincha macia (<input type="checkbox"/>) Com trincha macia (<input type="checkbox"/>) Remoção de fita adesiva (<input type="checkbox"/>) Remoção de grampos (<input type="checkbox"/>) Reparo de rasgos (<input type="checkbox"/>) Enxertos (<input type="checkbox"/>) Portfólio (<input type="checkbox"/>) Pasta (<input type="checkbox"/>) Envelope (<input type="checkbox"/>) Cápsula de poliéster	
OBSERVAÇÕES:	